

TRANSPARÊNCIA EM DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

O CASO DA CIA DE CIGARROS SOUZA CRUZ

1957 - 1996

*Prof. Fernando Pereira Tostes
Prof. Doutor do Mestrado em Ciências Contábeis*

ABSTRACT

O artigo procura explicar, na Primeira Parte, a importância da boa evidênciação, para quem ela deve ser dirigida, os elementos da informação contábil, as diversas formas de transmiti-la e, finalmente, o reflexo no valor de mercado das empresas que melhor evidenciam suas atividades. Na Segunda Parte examina-se, em contexto histórico, a questão da Demonstração Contábil, como forma principal de relacionamento entre os investidores e os administradores. A Terceira Parte procura dar forma prática a parte teórica anterior, trazendo uma análise histórica das Demonstrações Financeiras da Cia de

Cigarros Souza Cruz, entre 1957 (relatório disponível mais antigo) e 1997, com intervalos de 10 anos.

1 EVIDENCIAÇÃO

Evidenciação significa divulgar informações relevantes sobre uma empresa, de forma clara e compreensível, de modo a diminuir o grau de incerteza e influenciar a decisão do usuário daquelas informações. Tem a ver com a maneira que a informação é divulgada e não tem relação com a obediência aos preceitos legais. Por exemplo, o Quadro I abaixo, mostra o Relatório de Administração da Fundação Sinhá Junqueira.

QUADRO I

RELATÓRIO DA DIRETORIA: A Diretoria Executiva da Fundação Sinhá Junqueira, apresenta o Balanço Patrimonial e Demonstração do Resultado do exercício 91/92, dando conta das atividades e resultados de suas operações, acompanhados das notas explicativas necessárias, bem como dos pareceres dos Auditores Independentes e do Conselho Fiscal.

São Paulo, 31 de Maio de 1992. A Diretoria.

Ao publicar a informação acima, a Diretoria cumpriu a exigência legal, mas nada informou. O Relatório não tem qualquer utilidade.

Nos EUA, diz-se que uma demonstração contábil adota "Fair Disclosure" ou "transparência justa", quando procura informar

todas as pessoas da mesma maneira, sem privilegiar investidores institucionais, analistas de fundos de investimento ou profissionais do mercado. Admite-se informar com mais detalhe a estes grupos de investidores, mas os fatos relevantes tem de ser passados a todo o mercado.

Um processo de evidencição moderno, deve abordar os seguintes aspectos:

1. *O conteúdo principal da informação*

No caso de demonstrações financeiras tradicionais, estes são o investidor em ações e o credor. Mais recentemente, a preocupação com o meio ambiente, com o nível de emprego e o aumento da carga tributária, levou a profissão contábil a elaborar demonstrações especiais, voltadas para agências governamentais, sindicatos e outros usuários antes considerados pouco importantes. Além disso, expandiu o escopo das Notas Explicativas e tomou mais objetivos as informações contidas no Relatório de Administração. Na segunda parte deste artigo, o relacionamento usuário-empresa é abordado em mais detalhe.

2. *Um entendimento do processo de comunicação com o público, sua relação com os objetivos da empresa e com o sistema contábil*

"No fundo, o relatório anual (ao público) é um projeto; repete-se a cada ano e, por isso mesmo, tem a vantagem de poder aprimorar-se constantemente com base na experiência".¹

No Brasil, exige-se dois grupos de informações:

- as prestadas diretamente ao público, através dos jornais, e
- as exigidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, que chegam indiretamente aos usuários, mediante solicitação.

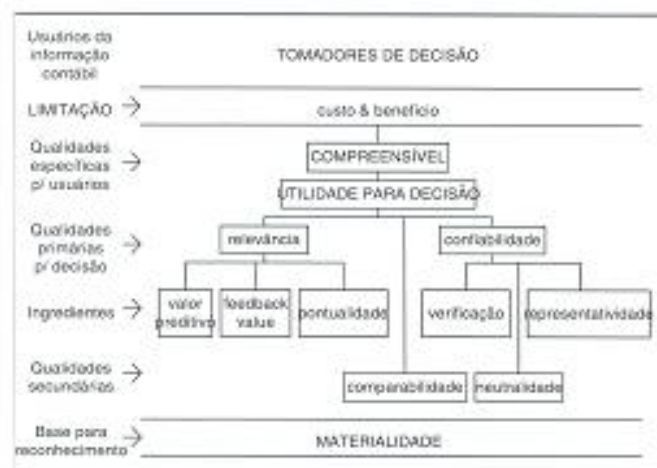
Essas informações devem ser elaboradas, considerando-se três fatores:

- *Conteúdo* das mensagens da administração e a análise retrospectiva das operações e do ambiente econômico;
- *Aspectos de ordem gráfica* - tamanho, formato, tipo de papel, ilustrações e outros necessários à estética do material publicado;
- *Suplemento de ações e métodos administrativos adotados* para a publicação do Relatório Anual. Esta inclui a designação de um coordenador;
- *Forma*: definição de *verbo* para o projeto; *contração* (ou não) de *conclusões externas*; definição dos setores da organização que vão participar do projeto (e como vão fazê-lo); o *onde e como* da mensagem aos acionistas; *revisão preliminar* do documento; *produção gráfica*; análise crítica de *custo-benefício*; *redação final* e publicação.

¹ Laurent, Lélis. "Relatório Anual", Editora Saraiva, 1985, pag. 82

3. Os elementos de qualidade da informação contábil

QUADRO II
FATORES DE QUALIDADE NA INFORMAÇÃO CONTÁBIL



O Quadro II² acima traz os fatores de qualidade mais importantes, da informação contábil e que devem estar presentes em qualquer demonstração financeira. É fácil entendê-lo.

Em primeiro lugar, a informação publicada deve ser *útil ao usuário e fácil de entender* (qualidades primárias). Para isso, os dados devem ser *relevantes, compreensíveis e confiáveis*. Os elementos de uma informação relevante são o seu valor, como instrumento de previsão, de percepção do passado e sua pontualidade – informação atrasada perde utilidade para decisão. Para ser confiável, os s-

aldos tem de ser passíveis de verificação independente, *neutros* (por exemplo, quando o registro de uma operação é feito de modo a apresentar prejuízo fiscal) e *representativos* das operações que lhes deram origem [não registrar a venda de um imóvel como Receita de Mercadorias].

Por último, as informações contidas em demonstrações financeiras, passam por dois filtros: *custo-benefício* e *materialidade*. Por exemplo, controlar separadamente cada copo de água da cafeteria interna (item imaterial), aumenta o número de registros (*custo*), sem agregar valor ao acionista (*benefício*).

² Fornecido de FASB, "ACCOUNTING STANDARDS – ORIGINAL PRONOUNCEMENTS", Cos2 - Qualitative Characteristics of Accounting Information, July 1973 – June 1, 1989, Pág. 52/60.

4. Os diferentes veículos de comunicação disponíveis

Custadores, tem o hábito de considerar seu dever cumprido, quando as demonstrações financeiras são publicadas. Entretanto, pelo conceito moderno de gestão, o foco das

Os documentos obrigatórios para a CVM são os seguintes:

- Parecer dos auditores
- Relatório de Administração
- Balanço Patrimonial, Demonstração de Resultado, Demonstração de Mutações no Patrimônio Líquido e Demonstração de Origens e Aplicações de Recursos
- Notas Explicativas

Além das Notas, a CVM exige ainda dados cadastrais do tipo:

- Nome dos administradores e organograma da empresa
- Composição acionária
- Endereços, telefones, etc
- Histórico da empresa, produto principal, e outros.

Como se vê, as informações contidas nos formulários enviados a Comissão de Valores Mobiliários, contém uma variedade de dados, que podem ser usados em outros veículos de comunicação, para melhor divulgar a empresa.

Pode-se também conhecer a intimidade de algumas empresas, sem jamais haver lido suas demonstrações financeiras. É o caso da Microsoft, General Elétric, Petróbrás, Banco do Itaú, e outras. São grandes empresas, que estão sempre em evidência, despertando curiosidade, e instigando a imprensa a escrever sobre elas. Quanto mais confiável a informação divulgada, maior a credibilidade. A exposição ao público, através de propaganda, artigos de revista, "home page" na Internet, palestras na ABAMEC¹ e divulgação de eventos especiais – agrega valor ao acionista e aumenta a liquidez de suas ações.

atividades gerenciais está em agregar valor à empresa. Os atos dos administradores devem contribuir para aumentar o valor das ações negociadas em mercado, com isso incrementando a riqueza dos acionistas.

As reuniões da ABAMEC estão entre as melhores formas de comunicação das empresas com o mercado brasileiro de analistas de investimento. Nessas ocasiões, os administradores explicam os demonstrativos, abordam as linhas de produto em separado, descrevem o cenário econômico esperado, analisam a concorrência e respondem às perguntas.²

5. Transparência e Valor de Mercado.

As empresas brasileiras que melhor divulgam suas informações financeiras estão no QUADRO III abaixo. A última coluna mostra a valorização percentual do preço das ações na bolsa de valores, das empresas consideradas, pelos analistas de mercado, como as mais transparentes.

¹ ABAMEC – Associação Brasileira do Mercado de Capitais

² Extrato do Carta, Daniela: "Transparência aumenta valor de mercado das S.A.s"; jornal VALOR, 4a. edição, 20 Set 2000.

QUADRO II¹

Valor de Mercado das Empresas mais Transparentes

EMPRESA	31/01/94	31/03/95	31/03/96	31/03/97	31/03/98	31/03/99	31/03/00	Var %
Airbus (origem brasileira) PN	1.434	2.600	4.184	5.422	3.845	9.021	14.323	988%
Arcoruz PNB	1.572	1.636	1.821	1.990	209	4.721	3.600	228%
Brasil T Par PN	-	-	-	-	3.505	10.876	7.861	224%
Coringas PN	-	-	-	878	647	587	678	195%
Embraer PN	217	51	281	823	727	3.822	7.224	3321%
Embratel Part PN	-	-	-	-	5.517	15.389	11.670	212%
Gerdau PN	155	923	361	788	510	2.724	2.758	1735%
Globo Cabo PN	-	-	1.900	712	528	7.421	5.815	1.380
Raibanco PN	2.063	3.242	5.022	7.184	7.050	18.582	18.610	902%
Rio de Açúcar PN	-	695	1.285	1.594	1.523	5.635	6.745	971%
Petrobras PN	10.347	9.012	17.973	26.347	14.676	49.980	57.150	882%
Sabesp ON	-	-	2.660	7.373	2.559	6.831	5.122	182%
Teleferr PN	-	-	-	-	9.045	16.216	15.423	386%
Teleop Cel Part PN	-	-	-	-	2.976	10.700	12.158	438%
Vale do Rio Doce PNA	4.786	2.771	7.771	6.723	5.825	19.426	18.145	379%
Souza Cruz	1.607	1.875	2.065	2.751	2.354	4.064	2.412	32%

- Valor de mercado - em R\$ Milhões
- Os valores da Cia Souza Cruz não pertencem à fonte original.
- A perda de valor de mercado da Souza Cruz em 1999, se deve ao mau desempenho financeiro naquele ano.

¹ Confu, Itatula, Op/Cr. (Nota 3)

Segundo a jornalista econômica Daniela Cunha, observa-se que "...companhias boas e com alto grau de transparência têm mais chance de apresentar crescimento no seu valor de mercado do que empresas com os mesmos fundamentos, mas que não abrem ao mercado suas informações. O motivo é simples: quanto menos dados os profissionais de mercado têm da empresa, maior a taxa de risco que embutem em suas análises, depreciando as ações. Em casos extremos os analistas desistem de acompanhar a empresa, e o seu ativo (ação) deixa de ser recomendado, por melhor que a companhia seja".⁵

É o caso da Rhein - Embalagens Metálicas, uma empresa rentável, aberta, mas esquecida dos analistas de investimento, por não prestar informações ao mercado com a frequência e abertura suficientes.

Menos quando uma demonstração financeira apresenta resultados ruins, sua repercussão pode ser positiva, desde que venha acompanhada de explicações sinceras e abrangentes sobre os fatores que afetaram a rentabilidade. Exemplos dos últimos anos, são as Demonstrações Financeiras da SHARP, Lojas Americanas, VARIQ e Globo Cabo. Essa última se apressou em reunir-se com analistas, três vezes na ABAMEC, evitando que suas ações caíssem demasiado, com a crise da bolsa norte-americana de tecnologia, Nasdaq.

A credibilidade trazida pela transparência, não apenas agrega valor à ação, como também contribui para reduzir o custo de captação de empréstimos. Um bom nível de informação ajuda principalmente "a emissão de dívida a longo prazo, que é quando mais se observa a capacidade futura de pagamento da empresa".⁶

2 RELACIONAMENTO ENTRE INVESTIDOR E EMPRESA

Napier⁷ estudou, no contexto histórico, os modelos de relacionamento entre a empresa e seus interessados - acionistas, administradores, auditores, governo e outros.

Num ambiente comercial mais primitivo, prevalece uma relação ilustrada na Figura 1, abaixo. Neste Modelo, os relatórios financeiros são elaborados pelos próprios administradores, para uso próprio e dos acionistas, alguns dos quais escolhidos para o papel de auditores.⁸ O propósito dos relatórios financeiros se restringe a medir o desempenho, em geral pelo caixa, e assegurar a inexistência de fraude.

Ainda hoje, empresas pequenas obedecem a um modelo de relacionamento similar ao Modelo 1.

⁵ Napier, Christopher: "Intersection of Law and Accountancy: Unlimited Auditor Liability in the United Kingdom". *Accounting, Organizations and Society*, 4^a 23, 1997, Pag. 105 - 128.

⁶ O estudo de Napier (Notas) abrange apenas o Reino Unido, onde a tradição de auditoria é forte. No Brasil, a figura de *acionista-auditor* é rara.

⁵ Cunha, Daniela, Op.Cit. (Nota 3)

⁶ Cunha, Daniela, Op.Cit. (Nota 3)

FIGURA 1
MODELO 1

ESTÁGIO PRIMITIVO – ANTERIOR A 1930



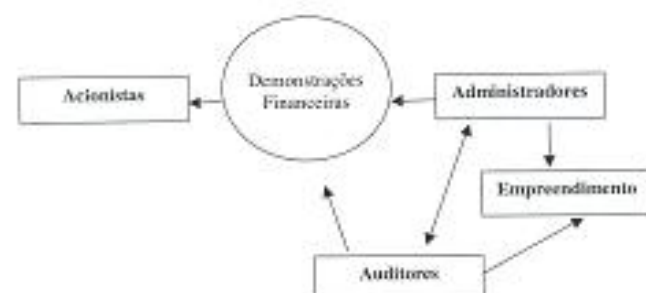
À medida que uma empresa cresce ou que o ambiente comercial se torna mais sofisticado, os açãoistas e o governo requerem demonstrações contábeis mais especializadas, como Balanço Patrimonial, Demonstração de Resultado e similares. Nasce a exigência do trabalho de auditoria ser executado por profissionais externos ao empreendimento. Esse é o modelo ainda adotado na legislação da maior parte dos países, inclusive na Europa e no Brasil (Figura 2).

Esse modelo de relacionamento apresenta três problemas. Primeiro, as

demonstrações contábeis são espelhos imperfeitos da realidade econômica, o que facilita aos administradores distorcerem a real condição econômica da empresa. Segundo, os administradores devem abrir aos auditores, acesso amplo e irrestrito aos registros contábeis e à documentação comprobatória das operações. Forma-se então um dilema: para ganhar trânsito livre às informações, os auditores necessitam da confiança e participação dos gerentes, mas para obtê-la, são levados a sacrificar parte de sua independência.

FIGURA 2
MODELO 2

ESTÁGIO INTERMEDIÁRIO – 1930/1980



A terceira dificuldade refere-se ao prazo de publicação das demonstrações financeiras, que pode variar entre uma semana até vários meses, do encerramento do exercício. Para investidores e credores, tal espera é inaceitável, pois o ambiente econômico pode mudar neste período.

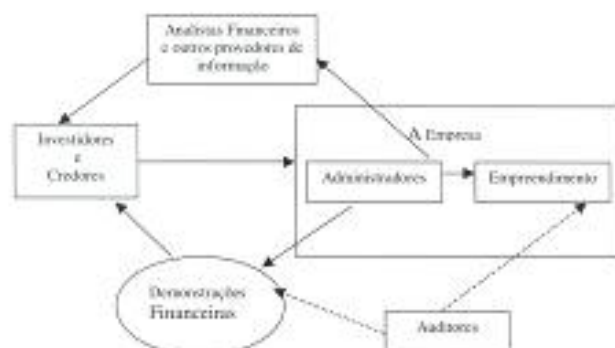
Para contornar este problema, no exterior, as decisões de investimento são feitas com base nas estimativas dos analistas de fundos de investimento, que por sua vez se baseiam em relatórios financeiros trimestrais, não auditados, e em outras fontes de informação (revistas, apresentações, etc).¹⁰ Os administradores de carteira que acompanham o

desempenho das grandes empresas multinacionais, operam num ambiente onde os relatórios contábeis auditados não têm grande relevância. Não significa que os relatórios são inúteis, mas que o modelo de relacionamento tradicional (Modelo 2) não reflete o modo como flui a informação entre usuário e empresa.¹¹ Suas recomendações se baseiam numa multiplicidade de fontes de informação e modelos estatísticos e financeiros de precificação de ativos. A publicação dos relatórios contábeis serve para corrigir os preços estabelecidos previamente.

¹⁰ Williams, Patricia, "The Relation Between a Prior Earnings Forecast by Management and Analyst Responses to a Current Management Forecast", *The Accounting Review*, n°31, 1986, Pag. 103 - 116.

¹¹ Frost, C. e Pownall, G., "Interdependencies in the Global Markets for Capital and Information: The Case of SmithKline Beecham plc", *Accounting Horizons*, n°10, 1996, Pag. 38 - 57.

FIGURA 3
ESTÁGIO ATUAL – 1980 EM DIANTE



A linha pontilhada partindo do quadro da auditoria (Figura 3) sugere uma alteração no seu papel. Os auditores passam a focar o seu trabalho em tecnologia da informação e na melhoria dos controles gerenciais, se aproximando ainda mais dos administradores. O fenômeno traz maior relevância ao papel do analista de investimento e permite alguns imaginar até a completa obsolescência das demonstrações contábeis auditadas.¹¹

Ciente do problema, os contadores norte-americanos tem procurado modificar algumas regras, visando aproximar os balanços da realidade econômica. Duas delas tem sido objeto de exame por parte da profissão: método de contabilização de fusões (*pooling of interest X purchasing method*) e o registro de operações com instrumentos derivativos a valor de mercado. Apesar da seriedade do debate e do

apoio do Securities and Exchange Commission – SEC, o movimento vem encontrando intensa resistência por parte das empresas. Artigos sobre o assunto são publicados frequentemente.¹²

Não conseguem encontrar uma solução de compromisso para o seguinte dilema: De um lado os investidores desejam que estejam mais próximos da realidade, o valor contábil do Patrimônio Líquido e a forma de contabilização. As empresas concordam, desde que não afete o lucro do período e o lucro por ação.

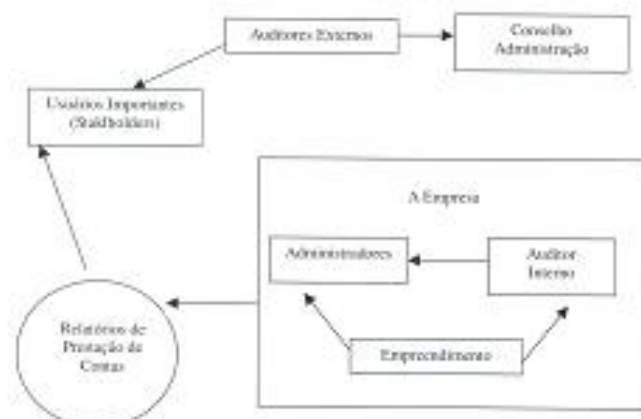
Se o modelo contábil atual de comunicação com os investidores, não acompanha a forma como são tomadas as decisões financeiras, surge então a questão de se repensar o propósito de continuar elaborando demonstrações contábeis auditadas.

¹¹ Bebb, P.: "Are Financial Statements an Obsolete Product?", texto da palestra de abertura do 21º Congresso Anual da Associação Europeia de Contadores, Bélgica – Universidade de Antuérpia, 1998.

¹² Ver, por exemplo, "Derivatives Accounting: Why US firms fear FASB's rule 133", *Euromoney*, Out. 99, Pág. 105-106; "Wall St. offers fix for Red-Hot Debate: Pooling Acctg", *Wall Street Journal*, 14 Junho 2000; "Investors lose as firms flatter bottom lines", *South China Morning Post*, 15 Agosto 1999.

FIGURA 4

MODELO 4



Baker e Wallage¹⁴ sugerem que o alvo da comunicação ultrapasse a fronteira de investidores e credores, passando a suprir a necessidade de informação de outros usuários – sindicatos, parlamento, ambientalistas, etc (Figura 4). No modelo proposto, as demonstrações contábeis se expandem, além dos quadros demonstrativos tradicionais, para atender esses novos grupos de usuários, agora com importância renovada. Os relatórios anuais se aproximam de uma prestação de contas da empresa aos novos interessados. Os auditores se reportam a esses grupos e a um “Conselho Consultivo”, composto apenas de pessoas externas ao corpo de dirigentes executivos da empresa.

Diversos países vem adotando, paulatinamente, o modelo 4. Não é sem razão que observamos nos últimos anos, o surgimento do “Balço Social”, “Balço Ambiental” e o

“Demonstração de Valor Agregado”. Na terceira parte deste artigo, acompanhamos a evolução histórica das demonstrações financeiras da CIA SOUZA CRUZ, onde podemos perceber, na prática, os modelos de relacionamento que acabamos de descrever.

3 O CASO DA CIA SOUZA CRUZ INDÚSTRIA E COMÉRCIO S.A.

A Cia de Cigaros Souza Cruz foi fundada no Brasil em 1903 por Albino Souza Cruz, sob a denominação “Souza Cruz & Cia”. Em 1914 houve a transformação para sociedade anônima, quando foi comprada pela British American Tobacco Co, tendo seu nome modificado posteriormente para o atual “Cia Souza Cruz Indústria e Comércio”. A Cia de Cigaros Souza Cruz é uma subsidiária integral desta última.¹⁵

¹⁴ Baker, R.C. e Wallage, P.; “The Future of Financial Reporting in Europe: Its Role in Corporate Governance”, The International Journal of Accounting, Vol.35 n°2 – 2000, Pag.173 – 187

¹⁵ Francisco G.M. Ugalde; “A Evidenciação e as Cias Transacionais – Estudo de Caso”, Dissertação de Mestrado – ISBC/FGV – 1999, Pag.77 – 87.

É uma empresa tradicional no pregão da bolsa de valores, e sempre usou diversos tipos de mídia para divulgar suas atividades. Seus Relatórios Contábeis sempre estiveram entre os mais informativos do mercado.

Até a década de 50, as empresas brasileiras publicavam os Relatórios Anuais, guiando-se pelo modelo primitivo de relacionamento (Modelo 1 – sem a figura do auditor-acionista), sendo pouco informativos. Os da Cia Souza Cruz porém, procuravam trazer dados sobre a empresa, sua política social com a comunidade e a relação com os plantadores de fumo. Nota-se também uma linguagem apurada, fácil de ler e de bom costume.

Dados Disponíveis

A demonstração financeira mais antiga que foi possível obter, data de 1957. Os Apêndices 2 a 6 reproduzem os quadros demonstrativos e as notas explicativas das Demonstrações Contábeis dos anos 1957, 1967, 1977, 1987 e 1997. Não foi possível reproduzir os relatórios de administração e parecer de auditoria, para tornar menos extenso o trabalho.

Nesses Apêndices, pode-se observar o desenvolvimento da evidência contábil brasileira, com abrangência cada vez maior nas informações prestadas ao investidor.

O Apêndice 1, traz um resumo comparativo desta evolução. Nele, se pode observar três períodos distintos, em volume e qualidade na comunicação de dados ao público:

1. Antes da Lei das Sociedades Anônimas (Lei 6.404) de 1976;
2. Período Inflacionário: 1977 – 1997 e
3. Após o Plano Real – 1997 em diante

1º Período

Até o advento da Lei das Sociedades Anônimas, as demonstrações contábeis eram documentos simples, muito sintéticos e sem anexos. Como o mercado de capitais fosse quase inexistente, não havia preocupação em dar transparência à intimidade financeira da empresa, e tampouco havia exigência legal neste sentido. Os contadores procuravam se ater

às exigências emanadas da legislação fiscal. Os financiamentos eram todos à base de empréstimo bancário. Não havia títulos de dívida junto ao público. Logo, somente os bancos tinham acesso a Demonstrações Contábeis analíticas, deixando de fora os pequenos investidores e credores.

O modelo de relacionamento Empresa – Investidor, seguido pela Souza Cruz, enquadrava-se no Modelo 1 (Figura 1). Os administradores são também representantes da empresa inglesa, controladora da Souza Cruz.¹⁵

Os Demonstrativos voltados para o público brasileiro se resumiam ao Balanço Patrimonial e à Conta de Lucros e Perdas (anual Demonstração de Resultado). As contas de um ano não eram necessariamente iguais às do ano anterior, e não havia apresentação de números comparativos.

Por ser uma companhia controlada por ingleses, os ativos menos líquidos – imobilizado – vinham no topo e os mais líquidos – Disponível –, na base do Balanço. No passivo, vinham primeiro os exigíveis a longo prazo, depois os de curto prazo. O patrimônio líquido era denominado [Passivo] Não-Exigível.

A demonstração de resultado era em forma de T – o lado esquerdo continha todos os débitos de despesa, e o lado direito, todos os créditos de receita. Não havia preocupação em decompor a formação do resultado em operacional e não-operacional, embora a demonstração de resultado de 1967 evidencie um esforço neste sentido.

Na segunda metade da década de 60, criaram-se muitos programas de investimento no norte e nordeste do país, financiados por renúncia fiscal. Por isso, o Balanço de 1967 evidencia muitas contas de incentivos fiscais.

No tocante à comunicação com o público, a empresa evoluiu para o Modelo 2. O

¹⁵ Uma plata dos anos 50 é ilustrativa sobre como funcionavam as relações interpessoais no Modelo 1. Dizia-se que a Cia Souza Cruz era organizada em quatro níveis hierárquicos: 1. Os que falavam apenas inglês; 2. Os que falavam inglês e Português com sotaque estrangeiro; 3. Os que falavam Português, o inglês com sotaque brasileiro; e 4. Os que falavam só Português.

número de administradores brasileiros cresceu e o Relatório Anual, passou a conter uma *Mensagem aos Acionistas*, explicando as atividades ocorridas durante o ano. Não havia descrição do ambiente econômico e muito menos números, complementando o relatório. No caso da Cia Souza Cruz, o relatório

informava as atividades dos principais setores da organização, porém sem apresentar números de produção, dividendos ou investimentos. Nem sempre a havia relevância financeira nos assuntos abordados. O QUADRO IV, abaixo, traz um trecho do Relatório de 1957.

QUADRO IV
Mensagem aos Acionistas – 1957
Cia de Cigarros Souza Cruz

SETOR DE TRANSPORTES

A manutenção da frota, composta de centenas de veículos, não só na que concerne à parte mecânica, como, igualmente, à parte elétrica, é atendida por uma rede de oficinas, dotadas de todos os requisitos técnicos e materiais indispensáveis, sempre prontas aos reparos e reformas dos veículos que se fizerem necessários, de molde a não retardar, nem, de qualquer forma, embarçar o imediato escoamento dos produtos, constante propina de vendas trazido.

Não obstante relativa dificuldade na obtenção de peças e sobressalentes, os carros de venda de sua Companhia vêm sendo mantidos em estado de perfeito funcionamento, desincumbindo-se de suas missões a contento, aptos que se sejam a visitar os mais longínquos pontos em que sua presença se faça necessária, com a regularidade exigida.

Embora a Cia Souza Cruz fosse sujeita à auditoria interna e externa, a Opinião dos auditores independentes não era publicada. A prática da época era publicar o *Parecer do Conselho Fiscal*, composto em geral, de pessoas de renome, convidados pela Diretoria ou Acionista.

A identificação do Contador responsável pelas Demonstrações, sempre esteve presente.

2º Período

A partir da promulgação da Lei das Sociedades Anônimas (nº 6.404/76), há um salto qualitativo nas informações prestadas ao público. As Demonstrações Contábeis de 1977 foram as primeiras a serem divulgadas após a Lei.

O Balanço Patrimonial e a Demonstração de Resultado do Exercício (DRE), adotam a forma norte-americana, isto é, ativos mais líquidos (ex: Disponível) são mostrados no topo do relatório e os menos líquidos na base; os ativos e passivos a curto prazo aparecem acima dos de longo prazo.

surge o destaque da *Provisão para Devedores Dvidosos*, mas mantém-se as *Contas de Resultado Pendente* (despesa diferida) e as *Contas de Compensação*. O Patrimônio Líquido continua denominado *Não-Exigível*.

A DRE se apresenta agora na forma *escotovar*, similar ao modelo atual. Após o lucro líquido há uma reconciliação com o saldo de *Lucros em Suspensão*. A Demonstração de Mutações no Patrimônio Líquido é denominada “*Demonstração do Movimento nos Contas Patrimoniais*”. Em 1977, ainda se omite a Demonstração de Origens e Aplicação de Recursos – DOAR.

Surgem, pela primeira vez, as *Notas Explicativas*, mas apenas dando mais detalhe ao conteúdo dos saldos de balanço. Não traz notas esclarecedoras de métodos contábeis adotados, nem tampouco sobre o ambiente econômico e valores que não constam das Demonstrações.

Surge também, pela primeira vez, o *Parecer dos Auditores Independentes*, publicado como parte integrante das demonstrações financeiras. O primeiro parágrafo descreve o escopo dos exames efetuados na empresa, e o segundo traz a

opinião dos auditores sobre a fidedignidade dos saldos apresentados.

A tradicional *Mensagem dos Acionistas* continua a existir, mas seu texto é bastante similar ao atual Relatório de Administração. Contém dados sobre ambiente econômico, produção, vendas, marketing, exportações, pesquisa e outros.

Os números continuam apenas para o ano de 1977, não havendo comparatividade.

Mesmo com vários defeitos, as demonstrações financeiras de 1977, representaram uma grande melhora de qualidade e um rompimento com a prática passada, de evidenciar o mínimo possível.

Nas demonstrações de 1987 o avanço qualitativo continua e pode-se observar uma clara preocupação em apresentar transparência, aproximando-se do investidor. Nessa ocasião, o mercado de capitais brasileiro já estava desenvolvido, com muitos fundos de investimento, administradores de carteira e associações de classe voltadas ao mercado de títulos financeiros. Entre 1977 e 87, consolidou-

se a transição do Modelo de Relacionamento 2 para o Modelo 3. Diversos detalhes na apresentação gráfica e no conteúdo do Relatório Anual, evidenciam esta transição. O formato das demonstrações é quase igual ao que observamos no Balanço de 1997.

Surge o *Balanço Consolidado*, a *DOAR* e a *DMPL*. Em virtude da alta inflação, que distorce materialmente os números, todos os demonstrativos estão computados pela nova metodologia de evidencição dos seus efeitos nas operações – a *Correção Monetária Integral*.

O *Balanço Consolidado*, e a contabilização pela Legislação Societária e pela Correção Integral, trouxeram às demonstrações brasileiras, um encargo de colunar que perdura até hoje, dificultando a análise econômico-financeira.

Surge a comparabilidade dos saldos contábeis. Os saldos são todos apresentados em duas colunas, uma para o ano corrente e outra para o ano anterior, como mostra o QUADRO V abaixo.

QUADRO V

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	Pela Correção Integral e Legislação Societária	Pela Legislação Societária	Pela Legislação Societária	
	1987	1986	1987	1986
	Cz\$ Mil	Cz\$ Mil	Cz\$ Mil	Cz\$ Mil
CIRCULANTE				
Disponível				
Caixa e Bancos	1.260	1.770	5.490.470	396.425
Aplicações de Liquidez Imediata	3.351.100	53.201	7.847.490	1.536.247
Total	3.352.360	54.971	11.337.920	2.342.672

O Balanço Patrimonial é apresentado em quatro colunas, sendo duas (1987 / 88) para o Consolidado e duas para a empresa Controladora. Desaparecem as Contas de Compensação e de Resultado Pendente, substituídas pelas Despesas Antecipadas. Surge a conta de "Títulos Descobertos", para registrar os empréstimos lastreados no recebimento de

duplicatas a receber. Também desaparece o Não-Exigível, substituído pelo grupo de contas de *Patrimônio Líquido*.

A DRE se torna bem mais detalhada (até confusa), contendo cinco colunas e 12 Níveis aritméticos de formação do resultado do exercício. Apresentam o *Lucro Líquido por Ação* e o *Patrimônio Líquido por Ação*.

As Notas Explicativas são agora elucidativas e relevantes. O Relatório de Administração é separado da Mensagem dos Acionistas.

3º período

Foram poucas as modificações encontradas nas demonstrações contábeis de 1997. A Souza Cruz continuou a publicar seus dados pela correção monetária integral, embora a legislação não mais exija sua presença.

Para atenuar o efeito da queda da correção monetária, uma nova legislação criou a conta de "Juros sobre Patrimônio Líquido (ou Capital Próprio)", inserida na Demonstração de Resultados.¹⁷ Desapareceu também a evidencição do "Patrimônio Líquido por Ação". Em substituição, a Demonstração de Mutações no Patrimônio Líquido traz o "Dividendo por Ação".

Todos os saldos – correção integral, legislação societária, controladora e consolidada – são comparáveis com o ano anterior.

Entre as modificações ocorridas no Relatório Anual de 1997 e subsequentes, estão a produção gráfica (mais sofisticada) e maior volume de informações complementares. Há ênfase em adotar uma linguagem simples, compreensível ao público não especialista. Na contracapa do Relatório foi incluído um CD-ROM, para os usuários informatas (Esta prática foi descontinuada no Relatório de 1999).

O relatório dos acionistas e da Diretoria, amplia seu conteúdo informativo, com tabelas, comentários sobre mercado, investimentos, dividendos e outros. As Notas Explicativas também seguem a mesma tendência, aumentando o nível de detalhe. Por exemplo, no Relatório de 1977 haviam 12 notas. Veja na página seguinte, a diferença em conteúdo da mesma informação – *Investimentos em Subsidiárias e Coligadas* – nos relatórios anuais de 1977 e 1999.

A maior novidade apresentada no Relatório Anual de 1997, é o *Balanco Social*. Encadernado separadamente, contém informações detalhadas sobre os tipos de benefício que leva aos empregados e às comunidades onde atua, bem como cada modelo de investimento social – *transporte, alimentação, treinamento, saúde, segurança do trabalho e programas comunitários*. Divulga, por exemplo, quanto o faturamento da Souza Cruz representa no PIB do país (1,6%) e quanto gera de empregos diretos e indiretos (1,6 Milhão).

¹⁷ A Lei nº 9249 de 26/12/1995, em seu Art. 4º, revoga a correção monetária das demonstrações financeiras e, no Art. 9º, permite deduzir os "juros pagos ou creditados, ... a sócios ou acionistas, a título de remuneração do capital próprio, calculados sobre as contas do patrimônio líquido e limitados à variação pré-reta da, da Taxa de Juros de Longo Prazo – TJLP".

8. PARTICIPAÇÃO EM EMPRESAS SUBSIDIARIAS		Contas %	Exercício
Supermercado Popping S.A.		80	R\$ 400.000,00
S.A. de Desenvolvimento de Empresas - Jomarc S. Bello		10	R\$ 10.000,00
Sociedade mista S.A. - JOMARC		40	R\$ 300.000,00
JOMARC Cui. Co. Produto de Mito		80	R\$ 100.000,00
Total			R\$ 810.000,00
9. IMPOSTOS A PAGAR - DIFERENÇA DE TAXAS EM R\$ 6 Colômbia			
Imposto		20	240.000,00
Aplicações		10	60.000,00
Aplicações Provisórias - a prazo		10	120.000,00
Aplicações Provisórias - B		10	180.000,00
Total			R\$ 600.000,00
10. Outros Impostos			
Imposto de Renda		10	R\$ 100.000,00
Imposto de Renda - a prazo		10	R\$ 100.000,00
Imposto de Renda - B		10	R\$ 100.000,00
Total			R\$ 300.000,00

2. Investimentos Avaliados Equivalência Patrimonial - Legislação Societária	Participação 31-12-99	Patrimônio Líq. Ajustado	Liquidez Ajustada		Resultado do Exercício Equivalência Patrimonial	
Empresas Controladas	%	31-12-99	31-12-99	31-12-99	31-12-99	31-12-99
Souza Cruz Trading e Saneamento Comercial De Seguros S.A.	100%	1.290,8	729,4	497,5	292,1	292,2
Souza Cruz OTCM S.A.	100%	9,6	2,3	0,3	0,3	0,3
Souza Cruz OTCM S.A.	100%	13,2	13,3	1,6	0,8	1,8
Noranda Participações S.A.	89,8%	8,0	2,8	1,8	0,3	1,8
Total						

Empresas Controladas	Participação	Investimento	Passivo e Custos		Créditos / Reservas	
			31-12-99	31-12-99	31-12-99	31-12-99
Souza Cruz Trading e Saneamento Comercial De Seguros S.A.	100%	1.290,6	526,4	83,0	142,7	80,6
Souza Cruz OTCM S.A.	100%	2,6	2,3	-	-	-
Souza Cruz OTCM S.A.	100%	13,2	13,3	1,7	0,4	0,8
Noranda Participações S.A.	89,8%	8,0	2,8	-	-	3,1
Total		1.290,1	548	84,7	153,1	84,5

NOTAS:

A esta data de avaliação é 31 de dezembro.

Créditos: dividendos a pagar sobre o Patrimônio Líquido a receber, cartas comerciais e compromissos para capital de giro na forma de contrato de crédito, sem prazos de vencimento variáveis.

Obrigações: em primeiro plano capital de giro na forma de contrato de fidejussão, adiantamentos e empréstimos a pagar.

Passivos e Reservas: transações comerciais representadas por vendas de produtos, serviços e encargos de fidejussão, matrículas com comissões e fidejussões.

Em 31 de dezembro de 1999, a **Souza Cruz** não possui responsabilidade por dívida a suas empresas controladas.

Todas as operações são realizadas a valores, menos o cancelamento de remessa.

O Balanço Social, na forma em que está escrito, é ao mesmo tempo, uma peça de propaganda e uma "prestação de contas" do que a empresa representa e faz no campo social. Seu maior mérito é valorizar a figura do empregador, dando a conhecer, para o público não familiarizado à finanças (políticos e sindicalistas), o papel socioeconômico de uma empresa.

A partir de 1998 a Souza Cruz publicou o *Balanço Ambiental*, também encadernado separadamente. Por ser uma experiência inovadora, em voga no mundo, o relatório é mais interessante de ler que o Balanço Social.

A Souza Cruz informa que, desde 1982, criou o *Clube da Árvore*, um programa educacional junto às escolas do meio rural, visando a preservação do meio ambiente. Tem também o *Programa Hora Escolar*, com 175.000 alunos, para filhos de produtores rurais, fornecendo material didático, instruções detalhadas e sementes. Além destes, possui, o *Plano Diretor de Solo*, que visa aumentar a produtividade da terra; programas de *reflorestamento*, *economia de energia*, *tratamento de resíduos* (dejetos industriais), *controle biológico de pragas e redução de agrotóxicos* (de 27 kg/ha em 1989 para 1,7 kg/ha em 1999).

A partir de 1997, o Relatório Anual da Souza Cruz parece haver entrado em fase de transição.

No Relatório Anual de 1999, por exemplo, as Notas Explicativas se mantêm mais ou menos no mesmo número, e alguns esclarecimentos comuns em outras empresas não constam nas da Souza Cruz. É o caso das notas de *Conexão Operacional*, *Financiamentos* e *Imobilizado*. A empresa inclui essas informações de forma diluída, no corpo dos quadros demonstrativos ou da mensagem aos acionistas. Outra omissão importante é a estratégia de combate ao seu problema mais grave – contrabando e mercado informal de cigarros. Exagera-se no aspecto gráfico e na mensagem ao público leigo, diminuindo a relevância dos dados levados ao usuário investidor.

A empresa busca uma forma de comunicação similar ao Modelo 4, em que outros interessados ficam mais próximos, em importância, ao investidor e ao credor.

3 CONCLUSÃO

Evidenciação com qualidade agrega valor ao acionista. Para conseguí-la é necessário encetar a divulgação de informações financeiras como um projeto de comunicação, envolvendo toda a Diretoria e as áreas mais importantes da empresa.

As Demonstrações Financeiras, mesmo bem escritas, constituem um veículo restrito para divulgar, de forma mais abrangente, as atividades de uma empresa. Constituem boas alternativas, os relatórios adicionais, artigos de revista, jornal e publicações de circulação restrita a partes interessadas, como acionistas, empregados, fornecedores e clientes. As publicações podem ser complementadas com palestras em associações de comércio, na ABAMEC e junto a clientes, fornecedores e líderes comunitários.

Os Relatórios Anuais portam de Demonstrações. Contêm, relativamente simples, para documentos abrangentes, de propósito multifacetado, assumindo maior importância para a sociedade.

É difícil prever o futuro dessas demonstrações, mas podemos afirmar que se encontram em fase de transição, quanto ao conteúdo, à definição de seu público-alvo e à forma de comunicação.

Em relação ao conteúdo, vimos assistindo à chegada de novos quadros, como a Demonstração do Fluxo de Caixa e a Demonstração de Valor Agregado previstas em legislação que tramita no Congresso. Surgem também informações não financeiras, como os Balanços Social e Ambiental. Esses novos quadros e relatórios complementares indicam uma busca para tornar mais abrangente o leque dos Relatórios Anuais, sem perder de vista os usuários tradicionais – investidor e credor. Ainda é cedo para perceber quem será o novo privilegiado.

Um caminho de contato junto ao público, pode ser o de transmitir os dados por meios eletrônicos, através da internet, de modo a permitir o acadêmico organizar a informação como achar melhor. Por exemplo, a empresa ECONOMÁTICA provê aos seus clientes, demonstrações financeiras e outros dados de companhias abertas, que podem ser convertidos em planilhas e textos de padrão Excel e Word.

Nas novas formas de comunicação, mais rápidas e práticas, o papel do Auditor se apresenta diminuído ou até eliminado. Seu papel de guardião da fidedignidade dos dados nas demonstrações contábeis é imprescindível, mas a maior participação das firmas de auditoria no desenvolvimento de controles gerenciais para seus clientes, reduziu sua independência e prestígio junto ao público.

Os relatórios anuais da Cia Sotema Cruz, permitem observar o progresso ocorrido na evidencição de informação financeira, junto ao público investidor brasileiro.

Pode-se acompanhar esta evolução em três períodos distintos. Em todos eles, a empresa mostra-se sintonizada com os valores de sua época, mas sempre na vanguarda, buscando maior qualidade em sua forma de comunicação com o investidor. Nota-se, desde o relatório mais antigo, um grande esmero na linguagem, buscando tornar compreensível ao leigo, um documento de propósito especializado. Os Relatórios Anuais mais recentes, tem expandido em abrangência, tamanho e qualidade gráfica. Procura diversificar seu público-alvo, dirigindo-se nos municípios onde atua (comunidades locais), divulgando a importância da empresa no cenário nacional.

BIBLIOGRAFIA

- BAKER, R.C. e WALLAGE, P. The Future of Financial Reporting in Europe: Its Role in Corporate Governance. *The International Journal of Accounting*; Vol.35 nº 2 – 2000.
- CAMBA, Daniela. Transparência aumenta valor de mercado das S.A. *Jornal VALOR*, 4a feira, 20 set., 2000.
- DERIVATIVES Accounting. Why US firms fear FASB's rule 133. *Econowsey*; Out. 99.
- FASB, "ACCOUNTING STANDARDS - ORIGINAL PRONOUNCEMENTS", Co62 - Qualitative Characteristics of Accounting Information, July 1973 - June 1, 1989.
- FIPECAFI. Manual de Contabilidade das Sociedades por Ações. 5.ed. São Paulo: Atlas, 2000.
- FROST, C. e POWNALL, G. Interdependencies in the Global Markets for Capital and Information: The Case of SmithKline Beecham plc. *Accounting Horizons*, nº10; 1996.
- INVESTORS lose as firms flatter bottom lines. *South China Morning Post* -15 Agosto 1999.
- KROETZ, C.E.S. Balanço Social. São Paulo: Atlas, 2000.
- LAURETTI, Lélis. Relatório Anual. São Paulo: Editora Saraiva, 1988.
- LEI nº 9249 de 26/12/1995.
- NAPIER, Christopher. *Intersection of Law and Accountancy: Unlimited Auditor Liability in the United Kingdom*. Accounting, Organizations and Society, nº 23, 1997.
- TRACY, John A. *How to Read a Financial Report*. 5.ed. New York: John Wiley & Sons, 1999.
- TRANCITO, G.M. Ugalde. *A Evidencição e as Cias Transacionais: estudo de casos*. Dissertação de Mestrado – ISEC/FGV – 1989.

WALL ST. offers Fix for Red-Hot Debate
Pooling Acctg. *Wall Street Journal*, 14
Janho 2000.

WILLIAMS, Patricia, The Relation Between a
Prior Earnings Forecast by Management and
Analyst Responses to a Current Management

Forecast. *The Accounting Review*, n°71,
1996.

WILLSON, J.D.; ROEHL-ANDERSON, J.M. e
BRAGG, S.M. *Controllorship: The Work of
the Managerial Accountant*, 5.ed. New
York: John Wiley & Sons, 1995.

APÊNDICE I

[illegible]

APÊNDICE 3
BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 1967

ATIVO

IMOBILIZADO (Incluído Reavaliação)

Terras e Edifícios	43.131.775,81	
Maquinários, etc.	64.795.490,27	
Móveis, Utensílios, Veículos, etc.	13.184.096,32	
Marcas e Privilégios	601.773,56	
	121.713.135,96	
Menos: Fundos de Depreciação e Amortização	35.675.544,11	86.037.591,85

REALIZÁVEL

A Curto Prazo		
Produtos Fabricados	5.233.518,31	
Imposto s/ Produtos Industrializados em Estoque	22.034.883,52	
Títulos a Receber	34.013.000,00	
Devedores Diversos (Parte)	16.555.255,67	77.836.657,50
A Longo Prazo		
Estoques Diversos	11.481.159,17	
Estoque de Matéria Prima	65.557.239,40	
Depósitos	2.780.104,66	
Devedores Diversos (Parte)	225.550,73	
Depósitos para Investimentos na Área da SUDENE e SUDAM	8.677.553,00	
Investimentos de Recursos Tributários na Área da SUDENE e SUDAM	10.148.830,00	
Certificado de Compra de Ações - Decreto-Lei n.º 157	664.636,00	
Depósitos - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico	1.329.272,00	
Títulos Diversos e da Dívida Pública	4.018.710,44	
Influcondor - Indústria de Fumos Limitada - 1.299.920 cotas no valor de NCr\$ 1,00 cada	1.299.920,00	106.182.975,40
		184.019.632,90

DISPONÍVEL

Caixa e Bancos - Matriz	16.171.353,68	
Caixa e Bancos nas Filiais e Dinheiro em Trânsito	21.865.973,08	37.735.726,13

CONTAS DE RESULTADOS PENDENTES

Despesas correspondentes ao próximo exercício		120.482,63
---	--	------------

CONTAS DE COMPENSAÇÃO

Projetos, etc.	31.019.162,15	
Bens Segurados - Decreto-Lei n.º 7386	459.970.738,02	
Ações Cauçionadas	500,00	490.990.400,17
		NCr\$ 798.503.833,68

APÊNDICE 3
BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 1967

PASSIVO

EXIGÍVEL

A Curto Prazo	
Contas e Obrigações a Pagar, etc.	67.156.786,00

NÃO EXIGÍVEL

Capital		
- 100.000.000 de Ações Ordinárias de NCYS 1,00 cada, das quais 36.307.330 de residentes no exterior e 23.692.670 de residentes no país	100.000.000,00	
Reserva Legal	5.838.071,26	
Reserva de Manutenção do Capital de Giro - 1965	11.650.603,34	
Reserva de Manutenção do Capital de Giro - 1966	11.723.816,12	
Reserva de Manutenção do Capital de Giro - 1967	21.962.590,13	
Provisão para Dívidas Pendidas	177.043,25	
Fundo para Investimentos na Área da SUDENE e SUDAM	8.677.553,00	
Fundos Tributários Investidos na Área da SUDENE e SUDAM	10.148.830,00	
Fundo para Certificado da Compra de Ações - Decreto-Lei n.º 157	664.636,00	
Fundo para Investimentos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico	1.329.272,00	
Reservas Diversas	55.140.925,24	
Lucros e Perdas	13.443.806,18	240.757.146,52

CONTAS DE COMPENSAÇÃO

Projetos Autorizados, etc.	31.019.162,15	
Obrigações de Seguro	499.970.738,02	
Créditos da Diretoria	500,00	490.990.400,17
		NCYS 798.903.853,68

APÊNDICE 3
DEMONSTRAÇÃO DE LUCROS E PERDAS PARA O SEMESTRE TERMINADO EM
DEZEMBRO DE 1967

DÉBITO	
Custo de Vendas	39.866.885,24
Despesa de Produção	18.565.062,52
Despesas de Vendas e Administração	24.390.452,70
Despesas com Assistência Social	5.981.057,70
Impostos e Taxas sobre Vendas	24.208.327,50
Amortização do Ativo	4.226.000,00
Imposto de Renda provisionado sobre o Lucro do Semestre	12.346.019,00
Imposto de Renda e encargos – pagos no semestre:	
Imposto de Renda	4.486.290,00
Adicional do B.N.D.E.	996.954,00
Fundo p ^o Investimentos na Área da SUDENE e SUDAM	4.984.764,00
Certificado de compra de ações – Dec.-Lei n.º 157	498.674,00
TOTAL	10.966.087,00
Lucros em Suspensão	51.856.367,72
Transferência para:	NCr\$ 161.110.132,23
Reserva Legal	970.782,32
Reserva para Manutenção do Capital de Giro – 1967	19.962.995,13
Reservas Diversas	6.953.724,86
Saldo Disponível para o próximo exercício	13.443.806,18
	NCr\$ 61.330.953,49

APÊNDICE 3
DEMONSTRAÇÃO DE LUCROS E PERDAS PARA O SEMESTRE TERMINADO EM
DEZEMBRO DE 1967

CRÉDITO

Vendas	530.169.611,16	
Menos: Despesa sobre Produtos Industrializados	373.791.647,14	156.377.964,02
Juros e Descontos		879.420,93
Juros sobre Investimentos		3.836.797,57
Lucros Diversos		15.944,71
		NC:R\$ 161.110.132,23
Lucro em Suspensão		31.556.367,77
Saldo anterior	12.007.687,89	
Menos: Dividendos referentes ao 1º semestre de 1967		
Residentes no exterior	7.630.732,00	
Residentes no país	2.369.268,00	10.000.000,00
		2.007.687,89
Reservas Diversas		
Reversão referente ao 1º semestre		7.796.897,83
		NC:R\$ 41.330.953,69

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os abaixo assinados, membros do Conselho Fiscal da Cia. de Cigarros Souza Cruz, tendo examinado o balanço e as contas da Diretoria relativos ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 1967, verificaram a sua exatidão, razão por que opinam pela sua aprovação pela Assembleia Geral Ordinária.

Rio de Janeiro, 26 de março de 1968.

Eugênio Godin
Fernando Machado Ponella
Gilberto de Ulhôa Canto

CONCLUSÃO:

São estas as informações que a Diretoria considera necessário prestar aos Senhores Acionistas para a apreciação dos documentos submetidos à sua deliberação, mas, desde já, coloca-se à sua disposição para fornecer-lhes quaisquer esclarecimentos que julgar conveniente para o mesmo fim.

© 2007 Blackwell Publishing Ltd *Journal of Internal Medicine* 261: 105–112

[illegible]

DEMONSTRAÇÃO DO MOVIMENTO NAS CONTAS PATRIMONIAIS PARA O SEMESTRE FINDO EM 31.03.2017

	CAPITAL	RESERVAS LEGAIS	OUTRAS RESERVAS	DIVIDENDOS EM PROPÓSITO	LUCROS EM SUSPENSÃO	TOTAL
Saldo em 30 de junho de 2011	8.588.074,40	—	—	—	—	8.588.074,40
Lucro Líquido	—	—	—	—	—	—
Bonificações Emittentes e Fundos Capitalizáveis	—	—	8.588.074,40	—	—	8.588.074,40
Dividendos - Distribuídos	—	—	—	—	—	—
- Propósitos	—	—	—	—	—	—
Apropriação de Lucros	—	—	—	—	—	—
Saldo em 31 de dezembro de 2011	8.588.074,40	—	8.588.074,40	—	—	17.176.148,80

APÊNDICE 5
CIA SOUZA CRUZ S.A.
BALANÇO PATRIMONIAL 1987 - 1986

ATIVO

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	<i>Pela Correção Integral e Legislação Societária</i>	<i>Pela Legislação Societária</i>	<i>Pela Legislação Societária</i>	
	1987	1986	1987	1986
	Cz\$ Mil	Cz\$ Mil	Cz\$ Mil	Cz\$ Mil
CIRCULANTE				
Disponível:				
Caixa e Bancos	1.260	1.770	3.493.470	566.425
Aplicações de Liquidez Imediata	7.351.100	55.201	7.842.450	1.576.247
Total	7.352.360	56.971	11.335.920	2.142.672
Contas a Receber				
Clientes	-	-	4.515.340	924.754
Títulos Descontados	-	-	1411.957	60.099
Provisão p/	-	-	(176.830)	(19.490)
Devedores Duvidosos	-	-	-	-
Adiantamentos	26.971	4.691	313.819	51.417
Dividendos e Outras Contas a Receber de Controladas	3.455.207	547.226	-	-
Outros	44.283	15.075	164.031	39.196
Total	3.526.461	566.992	4.664.233	993.515
Estoque				
Produtos Acabados e em Elaboração	-	-	2.222.713	426.378
Matérias-Primas	-	-	3.289.481	1.234.422
Peças e Materiais Diversos	-	-	989.128	314.873
Total	-	-	6.481.322	1.975.673
Tributos a Recupera	169.122	103.349	1.187.891	230.664
Impostos Antecipados - IPT e Outros	-	-	2.747.787	546.566
Títulos e Valores Mobiliários	3.519.729	1.312.895	9.133.767	1.436.458
Dívidas Diferidas	132	-	269.168	39.151
Outros	-	63	33.271	8.834
Total do Circulante	10.361.808	2.934.470	35.798.499	7.511.836
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO				
Depósitos e Certificados de Incentivos Fiscais	1.640	3.583	228.824	362.418
Empréstimos a Controladas e Coligadas	2.799.683	147.908	-	52.036
Outros	44.137	48.577	270.090	95.125
Total do Realizável a Longo Prazo	2.845.460	200.068	498.914	409.579
PERMANENTE				
Investimentos				
Empresas Controladas	15.127.446	3.885.315	-	-
Empresas Coligadas	10.523.822	2.063.230	10.523.822	2.063.230
Ágio em Controladas e Coligadas	-	-	-	-
Líquido de Amortização e de Desligo na Controladora	1.292.135	338.290	1.386.036	365.479
Incentivos Fiscais e Outros	603.561	137.365	1.407.531	297.892
Total	27.546.964	6.424.200	13.328.289	2.726.601
Imobilizado				
Imobilizado	2.215.680	471.508	12.674.742	2.662.205
Diferido	-	-	385.863	71.996
Total do Permanente	29.762.644	4.896.408	26.389.894	5.410.802
TOTAL	42.967.941	9.330.946	72.517.102	15.333.217

APÊNDICE 5
CIA SOUZA CRUZ S.A.
BALANÇO PATRIMONIAL 1987 - 1986

PASSIVO

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	<i>Pela Correção Integral e Legislação Societária</i>	<i>Pela Legislação Societária</i>	<i>Pela Legislação Societária</i>	<i>Legislação</i>
	1987	1986	1987	1986
	Cz\$ Mil	Cz\$ Mil	Cz\$ Mil	Cz\$ Mil
CIRCULANTE				
Fornecedores	-	-	2.131.387	326.049
Encargos Sociais	51.036	5.237	1.077.751	196.488
IPF a Recolher	-	-	6.538.728	1.732.603
Outros Impostos a Recolher	10.321	1.367	4.540.405	1.018.094
Fornecedores	212.117	-	326.934	36.397
Dividendos	2.448.393	521.385	2.448.764	524.618
Controlada	1.480	232	-	-
Contas a Pagar	3.834	1.273	1.192.754	226.887
Provisão para I. Renda	-	-	3.114.573	307.039
Outras Provisões	1.696	-	248.558	49.914
Total do Circulante	2.730.997	529.494	21.619.276	4,985,319
EXIGÍVEL A LONGO PRAZO				
Contas a Pagar e Outros	-	-	302.483	49,856
RESULTADO DE EXERCÍCIO FUTURO				
Dedução em Controladas	-	-	188.487	48,777
PARTICIPAÇÃO MENORITÁRIA NAS CONTROLADAS				
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	-	-	415.339	139,963
Capital Reservas e Atualizado	-	-	-	-
Capital Realizado	7.352.060	4.605.459	7.352.960	4.605.499
Contribuição Monetária	24.829.855	2.747.501	24.829.855	2.747.501
Total	32.181.915	7.352.960	32.182.815	7.352.960
Reservas de Capital	-	-	-	-
Reserva de Incentivos Fiscais	993.811	229.068	993.811	229.069
Reserva de Ágio na Subscrição	52.074	11.858	52.074	11,898
Total	1.045.885	240.926	1.045.885	240,927
Reserva de Realização de Crédito	433,622	111,133	433,622	111,133
Reservas de Lucros	-	-	-	-
Reserva Legal	520,322	85,478	520,322	85,478
Reserva para Investimentos	5.987,570	821,075	5.983,248	814,141
Reserva de Lucros na Venda de Imóveis	86,830	19,839	86,830	19,839
Total	6.574,722	896,392	6.490,400	899,456
Total do Patrimônio Líquido	40,257,044	8,601,452	40,152,722	8,594,518
Total	42,907,941	9,130,946	42,618,307	13,251,417

CIA SOUZA CRUZ
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO 1987 – 1986

	CONTROLADORA			CONSOLIDADO	
	Pela Correção Integral e Legislação Societária		Pela Legislação Societária		Pela Legislação Societária
	1987 Cz\$ Mil	1986 Cz\$ Mil	1986 Cz\$ Mil	1987 Cz\$ Mil	1986 Cz\$ Mil
Receita Bruta de Vendas e Serviços	-	-	-	114.746.528	12.796.575
Impostos e Encargos sobre Vendas e Serviços	-	-	-	63.538.863	17.057.848
Impostos sobre Produtos Industrializados	-	-	-	21.019.858	5.921.239
Outros Impostos e Encargos	-	-	-	42.518.995	5.115.360
Total	-	-	-	51.207.665	11.875.727
Receita Líquida de Vendas e Serviços	-	-	-	58.187.768	9.920.848
Custos dos Produtos e Serviços Vendidos	-	-	-	13.644.078	5.902.062
Resultado Bruto Operacional	-	-	-	44.543.690	4.018.786
Resultado de Equivalência Patrimonial:					
Varas e Opções	2.763.484	2.763.484	806.425	-	-
Prejuízo de Geração	2.157.736	2.157.736	432.906	1.802.573	346.383
Saldo e Produtos Correlatos	(1.990.764)	(1.990.764)	(15.195)	-	-
Após, Serviços e Outros	2.069.455	2.069.455	358.322	83.400	14.872
Total	2.069.455	2.069.455	1.357.552	2.065.493	361.255
Despesas Operacionais:					
Vendas, Distribuição e Publicidade	-	-	-	5.377.403	1.606.808
Despesas Administrativas	215.672	412.538	113.871	5.784.201	1.602.608
Amortização de Ativo Líquido de Despesa em Controlado e Coligadas	189.543	118.844	36.252	188.201	35.922
Total	405.215	531.382	150.123	11.449.805	3.245.338
Receitas Financeiras:					
Variações Monetárias	-	1.640.887	52.693	1.589.530	89.321
Juros e Outros	1.247.242	2.412.876	272.778	35.425.911	1.049.527
Total	1.247.242	4.053.763	325.471	37.015.441	1.138.848
Despesas Financeiras:					
Variações Monetárias	-	2.553	3.738	1.681.190	185.049
Juros e Outros	-	5.206	27.651	186.462	85.189
Total	-	7.759	31.389	1.867.652	270.238
Após os Planos Econômicos	(25.124)	(25.081)	(116.203)	(25.440)	(117.113)
Perda Líq. em itens monet. não monetizados	(299.054)	-	-	-	-
Outros Resultados Operacionais	640.300	426.889	35.421	93.161	52.585
Resultado Líquido Operacional	3.397.621	11.537.072	1.467.165	20.092.983	2.467.095
Lucro (Prejuízo) não Operacional	(46.957)	(12.950)	20.038	(123.101)	39.680
Resultado da Correção Monetária	-	45.274.060	(386.645)	(11.279.117)	(951.192)
Lucro Antes do Imposto de Renda das Participações Minoritárias	3.350.664	5.550.064	1.100.557	8.890.722	1.555.583
Provisão para Imposto de Renda Única (Impostos fixos, Cz\$ 736 milhões em 1987 e Cz\$ 181 milhões em 1986)	-	-	-	3.552.836	547.087
Lucro Antes do Partic. Minoritárias	3.350.664	5.550.064	1.100.557	5.337.886	1.008.496
Participação Minoritárias	-	-	-	375.678	(13.256)
Lucro Líquido do Exercício	3.350.664	5.550.064	1.100.557	5.713.564	995.240
Lucro Líquido por Ação	Cz\$ 18,36				
Perda em Equivalência Patrimonial	Cz\$ 131,43				

APÊNDICE 5
DEMONSTRAÇÃO DE MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
1987 - 1986

[illegible]

	Capital Disponível	Reserva Patrimonial	Reserva Estatutária	Reserva Legal e Legal Res. (LRF, LRA, LRA-1)	Legado	Receita Ordinária	Receita Extraordinária	Exercício Anterior	Exercício Atual
	(R\$ Mil)	(R\$ Mil)	(R\$ Mil)	(R\$ Mil)	(R\$ Mil)	(R\$ Mil)	(R\$ Mil)		(R\$ Mil)
RECEITAS									
Saldo em 1º de janeiro de 1997	20.302,03	1.000,00	33,074	686,133	262,838	3.000,00	88,183		33.672,25
Adição das Receitas Adicionais	-	(3.000)	-	-	-	-	-		(3.000)
Realização de Reservas de Retenções	-	-	-	(300.790)	-	-	-		(300.790)
Receitas Financeiras	-	-	-	-	-	-	-		288
Legado Liquidado em 1997	-	-	-	-	-	-	3.500,00		3.500,00
Transferências									
Transferência Legal	-	-	-	-	377.800	-	-		377.800
Transferência para Resenhas	-	-	-	-	-	3.075.843	-		3.075.843
Transferência para o Tesouro	-	-	-	-	-	-	-		960.779
Transferência para o FPM (LRF, LRA, LRA-1)	-	-	-	-	-	-	-		3.112.133
Saldo em 31 de dezembro de 1997	20.302,03	699,99	33,074	385,343	2.632,638	6.075,843	3.588,183		43.740,10

DEMONSTRAÇÃO DE ORIGENS E APLICAÇÕES DE RECURSOS

1987 - 1986

	CONTROLADORA			CONSOLIDADO	
	Pela Correção Integral e Legislação Societária	Pela Legislação Societária	Pela Legislação Societária	Pela Legislação Societária	Pela Legislação Societária
	1987 Cz\$ Mil	1987 Cz\$ Mil	1986 Cz\$ Mil	1987 Cz\$ Mil	1986 Cz\$ Mil
ORIGENS					
Lucro Líquido do Exercício	5.550.064	5.550.064	1.109.557	5.313.562	995.758
Mais (Menos) itens que não afetam o Capital Circulante:					
Participações Minoritárias	-	-	-	(175.676)	13.356
Depreciações e Amortizações	107.003	65.705	20.036	915.903	275.145
Amortização de Ágio (Líquida de Deságio)	189.543	115.044	36.252	108.201	33.922
Resultado da Correção Monetária	-	6.274.060	386.645	11.275.117	951.192
Varição Monetária no Exigível a Longo Prazo	-	-	-	176.738	16.167
Resultado de Equivalência Patrimonial	(4.998.871)	(4.998.871)	(1.387.788)	(2.065.933)	(361.005)
Varição Monetária e Juros no Realizável a Longo Prazo	(199.449)	(1.679.492)	(43.420)	(253.644)	(42.576)
Resultado na baixa do Ativo Permanente	1.446	1.322	(30.889)	44.438	(29.041)
Provisão para Desvalorização de Investimentos	48.135	32.572	2.606	42.200	3.982
Resultado Líquido dos Ajustes do Programa de Estabilização	-	-	-	-	-
Econômica - DL 2284/86	-	-	118.204	-	117.113
Resultado de Equivalência Patrimonial sobre os Ajustes do Programa - DL 2333/87	25.123	25.123	-	2.152	-
Total Originando das Operações	722.994	5.385.527	211.203	15.383.058	1.974.013
Integralização de Capital	-	-	881.798	-	881.798
Ágio na Integralização de Capital	-	-	10.113	-	10.113
Valor da Venda de Ativo Permanente	13.375	7.517	93.731	17.271	170.582
Reversão de parte do Dividendo Proposto	-	-	15.676	-	15.676
Dividendo de Coligada e Controladas	5.407.575	4.688.218	868.602	240.969	60.242
Participação Minoritária nas Controladas	-	-	-	21.600	4.389
Aumento no Exigível a Longo Prazo	-	-	-	89.454	21.392
Ajuste do Exercício Anterior	54.531	13.415	-	13.415	-
Transferência de Realizável a Longo Prazo para o Circulante	33.492	17.204	48.984	35.743	51.498
Diminuição no Realizável a Longo Prazo	-	-	-	28.566	-
Efeito dos Ajustes do Progr de Estabiliz. Econômica s/ o Capital Circulante	-	-	16.801	-	16.247
Outras Origens	249	57	18	1.716	511
Total das Origens	6.232.216	10.111.938	2.146.926	15.831.792	3.206.461
APLICAÇÕES					
Dividendos Distribuídos e Propostos	2.953.496	2.812.348	672.518	2.848.348	681.621
Transfer do Exigível Longo Prazo p/ Circul.	-	-	-	9.383	7.077
Aumento do Realizável a Longo Prazo	1.860.586	999.419	160.347	-	89.963
Aumento do Diferido	-	-	-	84.045	18.596
Aplicação em Investimentos	112.130	30.309	62.359	27.311	36.427
Aplicação em Imobilizado	257.523	141.916	10.523	1.802.190	333.522
Outras Aplicações	4.626	2.011	-	2.009	1.088
Total das Aplicações	5.188.361	3.986.003	905.747	4.773.286	1.168.294
Aumento do Capital Circulante	1.043.855	6.125.935	1.241.179	11.058.506	2.038.167
Total	6.232.216	10.111.938	2.146.926	15.831.792	3.206.461
VARIAÇÕES NO CAPITAL CIRCUL.					
Aumento do Ativo Circulante	1.457.235	8.327.338	1.470.790	28.279.463	4.279.235
Aumento do Passivo Circulante	413.380	2.201.403	229.611	17.220.957	2.241.068
Aumento do Capital Circulante	1.043.855	6.125.935	1.241.179	11.058.506	2.038.167

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 1987 E 1986.

1. Apresentação das Demonstrações Financeiras e principais práticas contábeis

1.1 Demonstrações financeiras pela legislação societária

Essas demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com a Lei das Sociedades por Ações e as disposições complementares da CVM - Comissão de Valores Mobiliários e consoante as principais práticas contábeis descritas abaixo:

A. Aplicações de Liquidez Imediata e Títulos e Valores Mobiliários

São registrados ao custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço.

B. Estoques

São registrados ao custo médio de aquisição ou produção, que não excede o valor de mercado.

C. Investimentos

As participações em sociedades controladas e coligadas são corrigidas monetariamente e ajustadas pelo método de equivalência patrimonial. Os demais investimentos são registrados ao custo corrigido, deduzidas as provisões para perdas prováveis na realização. O ágio ou deságio com fundamento em perspectiva de resultados são amortizados pelo método linear em dez anos.

D. Imobilizado

É registrado ao custo histórico ou reavaliado, corrigido monetariamente, deduzidas as depreciações calculadas pelo método linear às taxas descritas na Nota 5.

E. Provisão para Imposto de Renda

É constituída às taxas vigentes, incluindo incentivos fiscais, cujos depósitos são

registrados no realizável a longo prazo em contrapartida a uma conta de reserva de capital.

1.2 Demonstrações financeiras complementares pela correção integral

Atendendo às disposições da Instrução CVM Nº 64, a Companhia passou a apresentar também, a partir do exercício de 1987 demonstrações financeiras complementares da Controladora, ajustadas pelos efeitos da inflação, sob o título "Pela Correção Integral". Tais demonstrações financeiras complementares, elaboradas com base nas demonstrações financeiras pela legislação societária, estão em consonância com as normas baixadas pela CVM, e têm o propósito de melhorar as informações postas à disposição dos usuários. São os seguintes os critérios adotados para elaboração dessas demonstrações financeiras complementares da Controladora:

A. Índice de Correção

As atualizações monetárias foram procedidas com base na variação do valor nominal mensal do OTN.

B. Balanço Patrimonial

O ativo permanente e o patrimônio líquido estão atualizados até dezembro de 1987; os demais componentes foram mantidos pelos seus montantes original por estarem de acordo com o poder aquisitivo da moeda de dezembro de 1987 exceto quanto aos créditos e obrigações com vencimentos futuros e de montantes prefixados, que não foram descontados ao seu valor presente, e quanto aos investimentos relevantes, ajustados por equivalência patrimonial, que foram avaliados com base em patrimônios não ajustados dos efeitos da atualização dos estoques e da atualização a vigor presente de créditos e obrigações prefixados com vencimentos futuros. Por esse motivo, os ativos e passivos em 31 de dezembro de 1987 "Pela Legislação

Societária" são os mesmos dos "Pela Correção Integral".

C. Demonstração do Resultado

Os componentes da demonstração do resultado são atualizados monetariamente, a partir do mês de sua formação (contabilização), com base na variação mensal da OTN, ajustados e complementados quanto aos seguintes aspectos:

- Os ganhos e as perdas por inflação, calculados com base na variação da OTN, referentes aos passivos e ativos monetários ao início de cada mês, que geram despesas e receitas financeiras nominais, são considerados como reduções dos respectivos componentes do resultado.
- O encargo de imposto de renda é demonstrado como se fosse apropriado no mês de encerramento do exercício. As destinações do lucro são demonstradas de forma idêntica, exceto o dividendo do 1º semestre, o qual é apresentado atualizado monetariamente até a data de encerramento do exercício.
- Os ganhos e as perdas por inflação, calculados com base na variação da OTN,

referentes aos demais itens monetários ao início de cada mês, são considerados em conta específica do resultado operacional sob a titulação de "Perda Líquida nos Itens Monetários Não Remunerados".

D. Demonstrações das Origens e Aplicações de Recursos e das Mutações do Patrimônio Líquido

Os valores dessas demonstrações financeiras estão apresentados em moeda de dezembro de 1987.

2. Demonstrações Financeiras do Exercício de 1986

As demonstrações financeiras do exercício de 1986, que anteriormente foram apresentadas contendo a segregação das operações e dos eventos ocorridos até e após vinte e oito de fevereiro, estão sendo apresentadas sem essa segregação. É a seguinte a composição das principais rubricas da demonstração do resultado desse exercício:

CONTROLADORA	00.01.86	01.03.86	Total	01.01.86	06.03.86	Total
	a 28.02.86	a 31.12.86		a 28.02.86	a 31.12.86	
	Cd\$ Mil	Cd\$ Mil	Cd\$ Mil	Cd\$ Mil	Cd\$ Mil	Cd\$ Mil
Receita Líquida das Vendas	-	-	-	1.220.432	8.556.876	9.777.308
Lucro Bruto	-	-	-	685.788	3.666.056	4.351.844
Resultado de Equivalência Patrimonial	248.590	1.158.195	1.387.786	81.881	209.124	291.005
Despesa Operacional	18.844	130.579	149.423	454.881	2.588.655	3.043.536
Receitas Financeiras Líquidas	43.751	252.331	296.082	456.585	482.645	939.230
Ajustes do Programa de Estabilização Econômica - DE 2284/86	-	(118.284)	(118.284)	-	(117.413)	(117.413)
Resultado Líquido Operacional	278.997	1.357.567	1.636.564	730.091	3.757.062	4.487.153
Lucro Líquido do Exercício	166.373	603.180	769.553	199.066	833.762	1.032.818

3. Princípios de Consolidação

As demonstrações financeiras incluem todas as empresas controladas e foram preparadas com base nas demonstrações financeiras dessas empresas para os exercícios findos em 31 de dezembro de 1987 e 1986.

Os saldos ativos e passivos e as receitas e despesas entre as empresas consolidadas, bem como a participação da controladora no patrimônio líquido das controladas foram eliminados.

EMPRESAS CONSOLIDADAS	PARTICIPAÇÃO %
Cia. de Cigarros Souza Cruz	100,00
Tabasa - Tabacos S.A. e Controlada	70,00
Cia. Industrial de Papel Pinhy	100,00
Indústrias Alimentícias Maguary S.A. e Controladas	98,33
Strulac - Cia. de Produtos de Frutas	100,00
Bioplano - Tecnologia de Plantas Ltda. e Controlada	85,96(*)
Murimarc Empreendimentos e Participações S.A.	100,00
Souza Cruz Florestal S.A.	100,00
Elkacor Corretoras de Seguros S.A.	100,00
Cleto - Empreendimentos, Serviços, Negócios Comerciais e Industriais S.A.	100,00
Souza Cruz Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.	100,00
Souza Cruz Trading S.A. e Controlada	100,00

(*) Em 1986 em de 77,29%.

4. PARTICIPAÇÃO EM CONTROLADAS E COLIGADAS

(Anexo em separado)

3.323.899.328 ao portador e 11.960.606.272 nominativas

4. Capital Social

Na AGE de 19 de maio de 1987, em atendimento às Instruções CVM n.ºs 56 e 62, foi definido o grupamento das ações do capital social na proporção de mil por uma. Posteriormente a AGE de 09 de outubro de 1987 aprovou o desdobramento de uma para vinte ações, ficando o capital dividido em 305.690.100 ações ordinárias, sem valor nominal, sendo 67.524.312 ao portador e 238.165.788 nominativas. Em 31/12/86 o capital era composto de 15.284.505.600 ações ordinárias sem valor nominal, sendo

5. Garantias prestadas e outras responsabilidades

As controladas Cia. de Cigarros Souza Cruz, Tabasa - Tabacos S.A. e Indústrias Alimentícias Maguary S.A. concederam avais a agricultores nas operações de crédito rural no valor de Cr\$ 1.555 milhões (1986, Cr\$ 404 milhões). A Cia. de Cigarros Souza Cruz tem compromissos relativos a contratos de Arrendamento Mercantil, no valor de Cr\$ 326 milhões (1986, Cr\$ 113 milhões) que lhe asseguram o direito de uso sobre ativos avaliados em Cr\$ 293 milhões (1986, Cr\$ 70 milhões).

6. Conciliação entre o lucro líquido e o patrimônio líquido da controladora com os do consolidado

	1987		1986	
	Lucro Líquido Cr\$ Mil	Patrimônio Líquido Cr\$ Mil	Lucro Líquido Cr\$ Mil	Patrimônio Líquido Cr\$ Mil
Controladora	5.530.064	40.237.044	1.109.357	8.601.432
Valores contabilizados diretamente no patrimônio das controladas	(155.414)	-	(129.445)	-
Ajustes decorrentes principalmente de resultados não realizados nas transações entre a controladora e as controladas	(81.088)	(84.322)	13.646	(6.934)
Consolidado	5.313.562	40.152.722	995.758	8.594.518

7. Prejuízos fiscais compensáveis

A controladora tem prejuízos fiscais, no total de Cr\$ 253 milhões, cuja utilização irá expirar em 1990.

8. Dividendo proposto da controladora

PELA LEGISLAÇÃO SOCIETÁRIA

	1987	1988
	Cz\$ Mil	Cz\$ Mil
Lucro Líquido do Exercício	5.550.064	1.109.557
Reserva Legal	(277.504)	(55.478)
Ajuste de Exercícios Anteriores	13.415	15.676
Lucro Base	5.285.975	1.069.755
Porcentual do Lucro Base a ser distribuído	55,87%	62,87%
Dividendo Proposto no Exercício	2.953.096	672.518
Dividendo Distribuído 1.º semestre	(366.828)	(152.845)
Correção Monetária do Dividendo do 1.º semestre	(141.148)	-
Dividendo Proposto 2.º semestre	2.445.320	819.673

De acordo com a Instrução CVM N.º 72, o dividendo antecipado, por conta do resultado do 1.º semestre de 1987, foi contabilmente corrigido pela variação da OTN ocorrida entre o mês da distribuição e o mês de encerramento do exercício social. Ainda

conforme facultado pela citada Instrução, a administração decidiu pagar o dividendo complementar do exercício de 1987 pelo seu valor corrigido de acordo com a variação da OTN entre a data do balanço e o mês da distribuição.

9. Coberturas de seguros

BEM	MODALIDADE	CONTR.	CONS.
		Cz\$ Mil	Cz\$ Mil
Imobilizado	Incêndio	5.705.190	21.848.084
Estoques	Incêndio	-	15.172.914

Além das coberturas acima, sempre que necessário, são realizados seguros de transporte de mercadorias, danos pessoais, danos materiais, para resguardar caixa e demais valores e bens próprios ou de terceiros sob responsabilidade da Companhia.

10. Ganhos (perdas) nos itens monetários não remunerados pela correção integral

	Cz\$ Mil
Caixa e Bancos	(2.659)
Outras Contas a Receber	(1.245.007)
Contas a Pagar	951.826
Demais Contas	(3.234)
Perda Líquida	(299.054)

11. Fundação de previdência privada

A Companhia está utilizando as providências legais junto ao Ministério da Previdência e Assistência Social para a criação de uma fundação de previdência privada para os funcionários da Companhia Souza Cruz Indústria e Comércio e da Companhia de

Cigaros Souza Cruz. Esta fundação terá um passivo atuarial que será de responsabilidade das empresas mantenedoras.

12. Mudança de prática contábil

Durante 1987 a controlada Tabosa - Tabacos S.A. alterou as seguintes práticas

contábeis: 1) os adiantamentos recebidos de clientes no exterior, os quais até 1986 eram mantidos no passivo pelos valores históricos, passaram a ser avaliados pela variação cambial; e 2) as despesas gerais e administrativas ocorridas nos meses posteriores ao período da safra, as quais até 1986 eram

diferidas para os custos da safra do exercício seguinte, passaram a ser apropriadas dentro do exercício. Em consequência dessas alterações, o lucro líquido do exercício e o patrimônio líquido da Controladora e Consolidada foram reduzidos em Cr\$ 268 milhões.

4. Participação em Controladas e Coligadas

Empresas	31/12/86				31/12/85				31/12/84			
	Capital Social	Reserva Legal	Reserva Estatutária	Reserva de Retenções	Capital Social	Reserva Legal	Reserva Estatutária	Reserva de Retenções	Capital Social	Reserva Legal	Reserva Estatutária	Reserva de Retenções
Controladora	1.000.000.000	1.000.000.000	1.000.000.000	1.000.000.000	1.000.000.000	1.000.000.000	1.000.000.000	1.000.000.000	1.000.000.000	1.000.000.000	1.000.000.000	1.000.000.000
Coligadas	1.000.000.000	1.000.000.000	1.000.000.000	1.000.000.000	1.000.000.000	1.000.000.000	1.000.000.000	1.000.000.000	1.000.000.000	1.000.000.000	1.000.000.000	1.000.000.000
Subsidiárias	1.000.000.000	1.000.000.000	1.000.000.000	1.000.000.000	1.000.000.000	1.000.000.000	1.000.000.000	1.000.000.000	1.000.000.000	1.000.000.000	1.000.000.000	1.000.000.000
Outras	1.000.000.000	1.000.000.000	1.000.000.000	1.000.000.000	1.000.000.000	1.000.000.000	1.000.000.000	1.000.000.000	1.000.000.000	1.000.000.000	1.000.000.000	1.000.000.000
Total	4.000.000.000	4.000.000.000	4.000.000.000	4.000.000.000	4.000.000.000	4.000.000.000	4.000.000.000	4.000.000.000	4.000.000.000	4.000.000.000	4.000.000.000	4.000.000.000

- A) Os créditos compõem-se basicamente de dividendos a receber e empréstimos para capital de giro. As receitas provêm de alugueis e de encargos de correção monetária e juros de 12% a.a., incidentes sobre os empréstimos. As empresas do grupo usualmente transacionam entre si, a valores e condições de mercado.
- B) Cotação em Bolsa de Valores: A última cotação média por ação da ARACRUZ em dezembro de 1987 na BVRJ foi de Cr\$ 220,00, para as ações P.A. e de Cr\$ 257,93, para as P.B.; as ações ordinárias não têm sido negociadas em Bolsa. A participação da Companhia é composta de 26,2 % das ações ordinárias, 54,0% das preferências classe A e 28,0% das preferências classe B.

- As demais empresas controladas e coligadas não são cotadas em Bolsa.
- C) Em 17 de setembro de 1986 a Companhia alienou suas participações nas coligadas Vera Cruz Agroflorestal S.A. e Belmore Empreendimentos S.A.
- D) Em 1986 a Companhia alterou as datas base de avaliação da controlada Indústrias Alimentícias Maguary S.A., de 30 de novembro, para 31 de dezembro e da coligada Polo Indústria e Comércio Ltda., de 31 de outubro para 31 de dezembro. Como consequência, o lucro líquido e o patrimônio líquido, da controladora e consolidada em 1986, foram diminuídos em Cr\$ 9.243 mil.

5. Imobilizado

[illegible]

APÊNDICE 6
BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 1997 E 1996 - R\$ MILHÕES

CONTROLADORA	CORREÇÃO INTEGRAL		LEGISLAÇÃO SOCIETÁRIA	
	CONSOLIDADO	CONSOLIDADO	CONSOLIDADO	CONSOLIDADO
ATIVO	31.12.97	31.12.96	31.12.97	31.12.96
CIRCULANTE:				
Caixa e Bancos	128,8	188,3	128,6	188,7
Aplicações Financeiras	27,2	43,4	86,9	40,3
TOTAL DISPONÍVEL	305,8	231,7	215,5	229,0
Clientes	107,6	85,6	187,5	79,4
Empreendimentos e Aplicações	18,3	21,7	18,5	20,1
Adiantamentos sobre Contratos	-	-	-	(28,4)
Provisão para Devedores Duvidosos	6,6	(4,0)	(5,8)	(4,3)
Adiantamentos	28,1	25,6	26,6	22,8
Contas a Receber por Venda de Ativo Permanente	71,4	3,7	71,3	3,4
Dividendos e Outras Contas a Receber de Controladas	12,3	8,7	12,3	7,8
Outras	7,8	17,0	8,1	12,1
TOTAL CONTAS A RECEBER	250,4	155,7	331,5	175,8
Produtos Acabados e em Elaboração	208,2	186,8	182,2	177,1
Materia-Prima	228,2	318,5	284,2	284,2
Materiais Diversos	44,9	54,0	39,0	44,8
TOTAL ESTOQUES	479,3	559,3	495,4	506,1
Títulos a Receber	17,2	23,9	17,2	8,3
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	6,8	4,9	6,5	3,5
Títulos e Valores Mobiliários	880,1	720,2	878,4	667,3
Impostos e Despesas Antecipadas	11,7	12,2	11,5	11,3
TOTAL DO CIRCULANTE	1.829,3	1.686,1	1.738,2	1.391,8
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO				
Imposto de Renda e Contribuição Social	38,7	89,8	31,7	55,5
Títulos a Receber	28,1	31,4	28,2	30,1
Estoque	73,7	39,0	83,4	22,4
Títulos e Valores Mobiliários	-	54,7	-	47,8
Depósitos Bancários	8,3	6,5	9,3	8,3
Depósitos para Investimentos em Investimentos Próprios	13,1	9,5	13,1	8,6
Outros	2,3	3,5	2,3	2,7
TOTAL DO REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	162,2	265,2	165,0	183,7
PERMANENTE:				
Empresas Controladas	-	-	-	457,6
Outros	8,4	8,6	8,2	4,6
TOTAL DOS INVESTIMENTOS	8,4	8,6	8,2	462,2
Terrenos	40,9	35,8	33,1	28,7
Edifícios	208,0	178,1	172,5	172,3
Máquinas e Equipamentos	71,4	78,1	61,8	61,3
Veículos	32,0	36,0	41,7	44,6
Investimentos em Andamento	98,3	133,9	41,2	116,4
Outros	188,4	121,9	133,9	122,7
Reservação	2,7	47,2	2,3	2,3
Depreciação Acumulada	(98,2)	(89,2)	(115,0)	(113,7)
TOTAL DO IMOBILIZADO	595,5	642,0	524,5	522,6
Diferido	8,7	8,0	8,0	7,8
TOTAL DO PERMANENTE	604,2	650,0	532,5	530,4
TOTAL DO ATIVO	2.433,5	2.346,1	2.270,7	1.922,2

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 1997 E 1996 - R\$ MILHÕES

CONTROLADORA	CORREÇÃO INTEGRAL		LEGISLAÇÃO SOCIETÁRIA	
	CONSOLIDADO	CONSOLIDADO	CONSOLIDADO	CONSOLIDADO
PASSIVO	31.12.97	31.12.96	31.12.97	31.12.96
CIRCULANTE:				
Fornecedores	28,5	26,3	28,5	24,4
Encargos Sociais	43,5	42,0	43,5	39,0
Imposto a Recolher	89,6	81,1	89,6	75,3
Outros Impostos a Recolher	172,8	156,2	172,8	145,0
Financiamentos	470,4	337,2	470,4	313,0
Remuneração aos Acionistas	154,6	154,7	154,6	143,6
Outras Contas a Pagar	123,6	104,4	123,2	96,6
Imposto de renda	0,4	3,1	0,4	2,9
Provisões	25,8	36,6	25,8	34,0
TOTAL DO CIRCULANTE	1.399,2	941,6	1.108,8	600,0
EXIGÍVEL A LONGO PRAZO:				
Empréstimos de Controlada, Contas a Pagar e Outros	21,0	19,0	21,0	17,6
Imposto de Renda e Contribuição Social	130,0	167,5	88,6	93,7
TOTAL DO EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	151,0	186,5	111,3	225,9
PATRIMÔNIO LÍQUIDO:				
Capital Realizado Atualizado	599,4	599,4	466,4	466,4
Reserva de Incentivos Fiscais	78,6	48,8	70,8	41,6
Reserva de Ágio na Subscrição	1,3	1,3	1,1	1,1
Reserva Especial - Lei 8.200	170,4	170,4	144,9	144,9
TOTAL DAS RESERVAS DE CAPITAL	250,3	220,5	218,8	216,8
Reserva Legal	58,5	58,5	49,7	49,7
Reserva para Investimentos	205,9	470,9	175,0	175,0
Reserva na Venda de Imóveis	2,2	2,2	1,9	1,9
TOTAL DAS RESERVAS DE LUCROS	266,6	531,6	226,6	226,6
Lucros Acumulados	262,1	10,6	246,5	249,8
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	1.348,4	1.332,1	1.229,3	1.130,2
Resultados não Realizados	1,5	2,0	1,8	3,1
Patrimônio Líquido da Controladora	1.349,9	1.334,1	1.231,1	1.133,3
TOTAL DO PASSIVO	2.698,6	2.480,2	2.470,9	2.112,2

**DE MONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE
DEZEMBRO DE 1997 E 1996 - R\$ MILHÕES**

CONTROLADORA	CORREÇÃO INTEGRAL		LEGISLAÇÃO SOCIETÁRIA	
	CONSOGLDADO	CONSOGLDADO	CONSOGLDADO	CONSOGLDADO
	1997	1996	1997	1996
RECEITA BRUTA	6.322,4	6.786,4	6.127,8	6.055,8
Imposto sobre Produtos Industrializados	2.554,8	2.741,1	2.466,0	2.465,6
Outros Impostos e Encargos	3.819,9	1.596,6	1.754,7	1.786,3
TOTAL DE IMPOSTOS	4.354,5	4.327,7	4.238,7	4.239,9
RECEITA LÍQUIDA	1.967,8	1.878,7	1.889,1	1.781,9
CUSTO DAS VENDAS	1.038,5	1.119,3	985,4	813,9
RESULTADO BRUTO	929,4	899,4	903,6	968,0
Vendas, Distribuição e Publicidade	333,3	328,6	327,1	295,8
Administrativas e Gerais	325,4	325,1	316,4	294,3
TOTAL DESPESAS OPERACIONAIS	662,9	653,7	645,5	592,2
OUTROS RESULTADOS OPERACIONAIS	(30,8)	(23,5)	31,5	43,3
RESULTADO DE EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL	0,1	(2,9)	0,1	(6,4)
LUCRO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO	235,2	176,3	171,9	398,7
RECEITAS FINANCEIRAS	104,2	112,0	76,9	79,6
DESPESAS FINANCEIRAS	111,5	173,6	110,1	160,4
Juros sobre o Patrimônio Líquido	43,2	37,8	32,8	30,1
Outras Despesas Financeiras	-	-	-	-
LUCRO OPERACIONAL	181,7	86,8	305,8	299,8
Resultado não Operacional	12,4	(99,5)	19,3	(230,0)
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO	194,1	(12,7)	325,1	69,8
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL (EXERCÍCIO E DIFERIDO)	(2,5)	(3,0)	61,5	50,9
LUCRO LÍQUIDO	186,6	(15,7)	263,6	120,7
REVERSÃO DOS JUROS SOBRE O PATRIMÔNIO LÍQUIDO	111,5	173,6	110,1	160,4
LUCRO APÓS A REVERSÃO DOS JUROS SOBRE O PATRIMÔNIO LÍQUIDO	308,1	219,9	393,8	301,1
Valores Registrados Diretamente no Patrimônio Líquido	-	-	-	-
Das Controladas	1,5	(4,1)	3,4	3,3
Recebidos dos Realizados	(0,6)	2,0	(1,3)	3,8
LUCRO DA CONTROLADORA	309,0	215,8	397,9	307,6
LUCRO POR AÇÃO EM R\$	1,01	0,72	1,28	1,14
PATRIMÔNIO LÍQUIDO POR AÇÃO EM R\$	4,41	4,36	4,11	3,68

DE MONSTRAÇÃO DAS ORIGENS E APLICAÇÕES DE RECURSOS PARA OS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 1997 E 1996 – R\$ MILHÕES

CONTROLADORA	CORREÇÃO INTEGRAL CONSOLIDADO		LEGISLAÇÃO SOCIETÁRIA CONSOLIDADO	
	1997	1996	1997	1996
ORIGENS:				
Lucro Líquido do Exercício	308,1	219,8	333,5	349,3
Itens que não Afetam o Capital Circulante:				
Resultado de Equivalência Patrimonial	0,1	2,9	0,1	0,4
Depreciações e Amortizações	105,5	107,9	91,4	99,2
Resultado na Venda de Ativo Permanente	(8,6)	46,6	115,2	25,7
Imposto de Renda e Contribuição Social a Longo Prazo	(15,1)	(16,5)	-	5,2
Imposto de Renda e Contribuição Social sobre	(23,9)	(40,5)	-	-
Atualização do Patrimônio Líquido	-	-	-	-
Juros e Variações Monetárias (ativos e passivos) de	(0,8)	-	0,3	-
Longo Prazo	-	-	-	47,1
Outros	-	3,4	-	9,8
TOTAL ORIGINÁRIO DAS OPERAÇÕES	365,1	323,0	434,5	483,3
Dividendos de Controlada e Controladas	-	10,2	-	8,6
Valor da Venda de Ativo Permanente	75,8	279,0	75,4	251,1
Redução (Aumento) em Outras Contas do Realizável a	56,1	6,4	49,6	(1,1)
Longo Prazo	-	-	-	44,6
Aumento do Exigível a Longo Prazo	2,6	3,8	2,5	2,5
Empréstimos com Controlada e Controlada – Líquido	-	-	-	(205,4)
Incentivos Fiscais	36,2	-	25,7	26,2
TOTAL DAS ORIGENS	325,8	622,4	623,7	746,6
APLICAÇÕES:				
Dividendos, Juros sobre o Patrimônio Líquido e Restituição	299,3	473,2	296,1	436,7
do Capital – Distribuídos e Propostos				
Aumento de Empréstimos de Longo Prazo	38,6	(51,5)	41,0	4,0
Adições do Ativo Permanente	136,3	137,7	122,2	127,9
TOTAL DAS APLICAÇÕES	464,2	579,6	459,3	568,6
Aumento (Redução) do Capital Circulante	161,6	(227,5)	(235,6)	(267,0)
TOTAL	325,8	622,4	623,7	746,6
VARIAÇÕES NO CAPITAL CIRCULANTE:				
Aumento (Redução) do Ativo Circulante	129,2	270,3	100,4	145,0
(Aumento) Redução do Passivo Circulante	(167,6)	(227,5)	(235,6)	(267,0)
Aumento (Redução) do Capital Circulante	61,6	42,8	168,4	178,0

resultado a eles vinculadas; aqueles sem vinculação direta estão apresentados como "Outros Resultados Operacionais".

2. PRINCÍPIOS CONTÁBEIS

Nas Demonstrações Financeiras pela legislação societária bem como pela correção integral, a avaliação dos estoques é feita pelo custo médio de aquisição ou produção, o qual não excede valor de mercado. O cálculo da depreciação do Imobilizado é feito pelo método linear, sendo as seguintes as taxas de depreciação anual: edifícios, 4%; máquinas e equipamentos, 10 a 25%; veículos, 20%.

Os juros sobre o patrimônio líquido foram contabilizados como despesas financeiras em função de regulamentação específica da Lei

9.240/95 de 27.12.95, e revertido nos registros mercantis, conforme evidenciado na demonstração do resultado, de forma a atender a DELIBERAÇÃO CVM Nº 207, de 13.12.96. A redução do imposto de renda de R\$ 36,3 sobre esta remuneração, está incluída na rubrica "Tributação no Exercício".

As demonstrações financeiras consolidadas são elaboradas com base nas demonstrações para o exercício findo em 31 de dezembro das empresas controladas apresentadas na Nota 3, de acordo com os critérios técnicos de consolidação previstos na Instrução CVM Nº 247 de 27.03.96.

Os demais princípios contábeis adotados estão divulgados em conjunto com as notas explicativas específicas.

	Participação 31.12.97	Patrimônio Líquido Ajustado	Lucro (Prejuízo) Ajustado	Resultado de Superávit/Prejuízo Patrimonial	Valor Contábil	Receitas/ (Despesas e Custos)	Creditos/ (Obrigações)
EMPRESAS	%	31.12.97	31.12.96	1997	1996	31.12.97	31.12.96
GRUPO SUL S.A.	100,0	480,8	209,3	173,0	173,0	173,0	173,0
Souza Cruz	100,0	-	69,8	(3,8)	(3,8)	69,8	(3,8)
Clia Industrial de Papel Pirahy	100,0	2,8	1,3	9,3	8,2	6,5	6,2
Elaborar Cartão de Seg. S.A.	100,0	12,8	12,3	9,5	2,7	6,5	2,8
Souza Cruz ITVM S.A.	100,0	12,8	12,3	9,5	2,7	6,5	2,8
Yatambá	99,9	2,2	1,3	-	(0,0)	2,2	1,7
Participações S.A.							
TOTAL							

NOTAS:

- A data-base de avaliação é 31 de dezembro;
- Créditos: dividendos a receber e empréstimos para capital de giro na forma de contrato de mútuo. Despesas/Custos: encargos de contrato de mútuo e custo de produtos e serviços vendidos. As empresas do Grupo usualmente transacionam entre si, com vendas de mercadorias destinadas ao mercado interno, bem como outras transações, sempre a valores e condições de mercado;
- Os contratos de mútuo nacionais são atualizados com juros de 12% ao ano, e os do exterior pela Taxa LIBOR com acréscimo de 3%, média de 9% ao ano

(17% em 1996), com correção cambial;

- Em maio de 1997 a Souza Cruz alienou o restante das suas ações preferenciais da classe "A" da Aracruz Celulose Ilucro de R\$ 0,4 pela correção integral e R\$ 0,6 pela legislação societária;
- Em dezembro de 1997 a Souza Cruz vendeu a controlada Companhia Industrial de Papel Pirahy apurando um lucro de R\$ 10,1 pela legislação societária (R\$ 2,8 pela correção integral) após os efeitos fiscais.

Os efeitos sobre as demonstrações financeiras consolidadas do exercício findo em 31 de dezembro de 1997, em razão desta venda, são os seguintes:

	Correção Integral	Legislação Societária
Redução no Ativo Circulante	16,9	15,9
Redução no Ativo Realizável a Longo Prazo	17,7	17,5
Redução de Ativos Permanentes	52,0	42,6
Redução no Passivo Circulante	22,0	22,0
Redução no Passivo Exigível a Longo Prazo	3,1	-

4. CAPITAL SOCIAL

O Capital Social é composto de 305.690.100 ações ordinárias escriturais, sem valor nominal.

5. GARANTIAS PRESTADAS E OUTRAS RESPONSABILIDADES

A Souza Cruz tem compromissos junto aos bancos, na forma de avais aos agricultores, provenientes de operações de crédito rural, no valor total de R\$ 129, vencíveis até o ano de 2002, os quais serão quitados pelos agricultores

através de fornecimento de fumo.

6. IMPOSTO DE RENDA

Em 31 de dezembro de 1997 a Souza Cruz S.A. e suas controladas tinham prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social a compensar, ambos sem prescrição, no montante de R\$ 71,7 (1996 - R\$ 118,1) e R\$ 52,5 (1996 - R\$ 64,9), respectivamente. Sobre este valor foi contabilizado imposto de renda diferido ativo. O total da opção por incentivos fiscais foi de R\$ 3,3 em 1997 e R\$ 5,9 em 1996.

7. REMUNERAÇÃO AOS ACIONISTAS

Legislação Societária - 1997	R\$ milhões	R\$ por ação
Lucro Líquido da Controladora	360,9	1,2886
Remuneração:		
Dividendos - 1º Semestre	77,4	0,2552
Dividendos Propostos	108,6	0,3552
Juros sobre o Patrimônio Líquido - 1º Semestre (Imposto de Renda incidente - R\$ 8,7 milhões)	58,1	0,1901
Juros sobre o Patrimônio Líquido - Proposto (Imposto de Renda incidente - R\$ 7,8 milhões)	52,0	0,1700
Total da Remuneração	296,1	0,9683

8. COBERTURA DE SEGUROS

Faça à natureza de suas atividades, à descentralização das suas instalações fabris e às medidas preventivas adotadas permanentemente, a Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros com base no conceito securitário de "perda máxima possível", o que corresponde ao valor máximo possível de destruição em um mesmo evento.

Dentro deste conceito, em 31 de dezembro de 1997 os ativos consolidados da Companhia apresentam-se seguros contra

sinistros pelo valor total de R\$ 367.

9. LEGISLAÇÃO SOCIETÁRIA (INSTRUÇÃO CVM Nº 201/93)

Reconciliação entre o Lucro Líquido e o Patrimônio Líquido pela "Legislação Societária" e pela "Correção Integral" para o exercício de 1997:

		CONSOLIDADO		CONTROLADORA	
		Lucro Líquido	Patrimônio Líquido	Lucro Líquido	Patrimônio Líquido
Pela Legislação Societária					
- Anulação dos estoques	31.12.97	393,8	1.253,5	393,9	1.257,3
	31.12.96	57,5	57,9	57,1	57,1
- Equivalência Patrimonial		(125,6)	-	(124,4)	-
- Efeito da Provisão para Imposto de Renda e Contribuição Social		-	-	(21,6)	2,7
- Efeito da Provisão para Imposto de Renda e Contribuição Social		44,1	(44,4)	35,9	(43,8)
- Anulação do Ativo Permanente e do Patrimônio Líquido		(62,5)	76,5	(41,3)	75,4
- Outros, Líquidos		0,8	3,1	1,1	1,9
Pela Correção Integral		308,1	1.348,4	301,5	1.349,9

Reconciliação entre o lucro Líquido e o Patrimônio Líquido pela "Legislação Societária" e pela "Correção Integral" para o exercício de 1996:

	CONSOLIDADO		CONTROLADORA	
	Lucro Líquido	Patrimônio Líquido	Lucro Líquido	Patrimônio Líquido
Pela Legislação Societária				
Valores Atualizados para 1997	349,3	1.127,1	355,4	1.131,2
- Anulação dos estoques	316,4	1.214,4	382,9	1.217,8
	31.12.96	129,6	124,4	124,4
	31.12.95	(276,7)	-	(274,8)
- Equivalência Patrimonial	(2,3)	0,4	(5,0)	1,4
- Efeito da Provisão para Imposto de Renda e Contribuição Social	44,1	(42,2)	43,7	(41,6)
- Anulação do Ativo Permanente e do Patrimônio Líquido (líquido do efeito das provisões para Imposto de Renda e Contribuição Social)	(53,6)	30,5	(55,6)	30,5
- Outros, Líquidos	6,0	3,4	(3,1)	1,6
Pela Correção Integral	239,6	1.532,1	217,5	1.334,1

Base de cálculo e montante do Imposto de Renda e Contribuição Social para os exercícios de 1997 e 1996:

CONTROLADORA - LEGISLAÇÃO SOCIETÁRIA	1997		1996	
	Imposto de Renda	Contribuição Social	Imposto de Renda	Contribuição Social
Lucro antes da Tributação	331,4	331,4	240,5	240,5
Adições e Exclusões				
- Equivalência Patrimonial	(168,5)	(168,5)	(173,2)	(173,2)
- Contribuição Social	-	-	(14,9)	-
- Lucro Permanente (Líquido)	-	-	-	590,4
- Lucro sobre o Patrimônio Líquido	-	-	51,9	52,7
- Reversão Reserva de Realização	6,0	(71,5)	(7,6)	6,8
Lucro Tributável	162,9	91,4	94,4	283,2
- Aliquota	25,0%	8,0%	25,0%	7,41%
Tributação	42,2	7,3	23,6	21,1
- Tributação Operações Específicas	-	-	0,8	-
- Incentivos Fiscais	(1,9)	-	-	-
Total da Tributação	40,3	7,3	24,4	21,1
Total do Imposto de Renda e da Contribuição Social	47,6		45,5	

10. FUNDAÇÃO ALBINO SOUZA CRUZ

A Fundação Albino Souza Cruz tem como patrocinadora a Companhia, sendo por objetivos principais a suplementação da aposentadoria e a prestação de serviços assistenciais aos seus empregados através do plano "Benefício Definido".

A Fundação tem passivo atuarial, não provisionado pela patrocinadora, calculado pelo método de capitalização crédito unitário, no valor de R\$ 117,5 (líquido dos ativos já constituídos de R\$ 72,1), o qual é de responsabilidade da patrocinadora e está sendo quitado pelo prazo de 20 anos, até 2008.

A partir de abril de 1997 a Fundação implementou outra modalidade de plano, denominada "Contribuição Definida", na qual tanto empresa quanto empregados são contribuintes.

Em 1997 a patrocinadora recolheu a favor da Fundação a título de contribuições, custos de perdas e amortização do passivo atuarial o montante de R\$ 19,5 (R\$ 16,8 em

1996).

Com base na avaliação atuarial de 31.12.97, a patrocinadora recolherá em 1998 a favor da Fundação o percentual de 9,49% da folha salarial do ano (9,52% em 1997).

11. INSTRUMENTOS FINANCEIROS (INSTRUÇÃO CVM Nº 235/95)

Souza Cruz utiliza instrumento financeiro derivativo através de SWAP de taxas de juros com o único objetivo de proteção de seus investimentos. Todas as operações, inclusive as de SWAP, estão integralmente contabilizadas e são restritas a aplicações em títulos de renda fixa em instituições que atendam o requisito de solidez financeira e confiabilidade, segundo critérios periciais periodicamente revisados.

O valor contábil dos instrumentos financeiros relativos aos demais ativos e passivos equivale, aproximadamente, ao seu valor de mercado.